



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

DANIEL ROGERS DE SOUZA FERREIRA

**OUSAR DIZER O NOME
MOVIMENTO HOMOSSEXUAL E O SURGIMENTO DO
GRAB NO CEARÁ**

FORTALEZA - CEARÁ

2003

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

DANIEL ROGERS DE SOUZA FERREIRA

**OUSAR DIZER O NOME
MOVIMENTO HOMOSSEXUAL E O SURGIMENTO DO
GRAB NO CEARÁ**

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Universidade Estadual do Ceará, como requisito para obtenção do título de Bacharel de Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Glauécia Mota Brasil

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

OUSAR DIZER O NOME

MOVIMENTO HOMOSSEXUAL E O SURGIMENTO DO GRAB NO CEARÁ

DANIEL ROGERS DE SOUZA FERREIRA

Defesa em: ___/___/___

Conceito obtido : _____
Nota Obtida: _____

Banca Examinadora

Professora Doutora Maria Glaucíria Mota Brasil
Orientadora

Mestre em Sociologia Maria Lourdes dos Santos
Examinadora

Assistente Social Especialista em Gerontologia Social
Elizio de Araújo Loiola
Examinador

Aos militantes: Onaldo Pereira, Cleudo Junior, e Alan Gomes.

Pastor, comunista, e policial que num momento ou outro de suas vidas dedicaram-se para que muitos pudessem desfrutá-la com liberdade.

AGRADECIMENTOS

Ao que é belo, verdadeiro e profundo, o que não consigo entender ainda, nem entenderei. Aos que chamam de deuses e à deusa Madonna.

Aos meus familiares, pai, mãe e irmãos, por tudo. Aos meus outros pais, mães e irmãos que tenho descoberto na trajetória de minha vida.

Não poderia esquecer da minha sobrinha Amanda, pessoa que mais amo nesta vida. As tias: Joana, Lene e Keyla. Pelo carinho apoio em momentos de alegria, sobretudo, nas dificuldades.

Ao curso de Serviço Social da UECE, colegas e professoras que no cotidiano de sala de aula me fizeram despertar ao questionamento e à procura de uma verdade, que sei não existir.

Aos profissionais e estagiários da Secretaria Executiva Regional III. Minhas amigas Anna Marúzia, Katiana e as meninas “Super-pós-poderosas” Milena Barroso e Ana Carolina, a Carol.

Aos companheiros de militância do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social: Zanza e Diana, antes de qualquer coisa, amigas inestimáveis. Daniela Neves, Adryanice Angélica e Mirla Cisne, minhas fontes de inspiração e motivo de orgulho. Espero não esquecer ninguém: Conceição, Cinthia, Vânia, Estênio, Gabriel, Pedro, Val, Luana, Sabrina, Anny Karlenny, Janaína, Patrícia, Rivânia, Mirleide, Sindi, Aniely e tantos outros. Aos que estão chegando agora, em especial a Roberta Menezes, aos que ainda virão, aos que deram início à luta. Muito obrigado!

Aos militantes com os quais tenho o prazer de estar no embate cotidiano contra todas as formas de opressão e preconceito: o Projeto Democrático Popular,

Democracia Socialista, Juventude Alternativa Socialista, Kizomba e nosso grupo na UECE “Não vou me Adaptar”.

Ao Movimento de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros do Brasil, pela ousadia, lutas, conquistas e os novos horizontes que têm se construído.

Ao Grupo de Resistência Asa Branca, pelo acolhimento, compreensão e paciência em escutar e responder meus questionamentos que pareciam não cessar mais.

Ao Lulinha, o Lula Ramires, Presidente do Grupo Corsa, de São Paulo. Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor pra você!

Aos estudantes que com coragem e dedicação realizaram o I ENUDS na cidade de Belo Horizonte, aos quem me hospedaram mais uma semana e foram minha família, nenhum pouco “tradicional”, de Minas Fábio Guimarães e Pablo. “Caticatu”!

Ao querido Josean Rego, “meu alguma coisa gêmea”, do Grupo DiveRRsidade de Roraima. Obrigado pelas palavras de carinho e pela disposição em me receber em Boa Vista. Meus mais sinceros sentimentos.

Aos componentes da Banca Examinadora: primeiramente, à Professora Doutora Maria Glaucíria Mota Brasil, pela dedicação, compromisso e respeito. À Mestra em Sociologia Maria de Lourdes, sempre atenta e disposta em contribuir na realização desta pesquisa. Ao militante, assistente social e Especialista em Gerontologia Social Elizio Loiola, pelo apoio e atenção constantes.

Enfim, agradeço a todas e todos que acreditam e estão a frente desta empreitada, nos mais diversos espaços da sociedade, nesta revolução cotidiana. Pessoas admiráveis e corajosas, sujeitos de sua história, na luta para que um dia dizer o nome de quem se ama não seja mais um ato de ousadia.

RESUMO

O comportamento homossexual, termo criado no século XIX, tem sido objeto de curiosidade, espanto, e em muitos casos ódio: a homofobia. Pesquisa realizada em 2002 revela que 126 gays, travestis e lésbicas foram assassinados no Brasil. Por outro lado, torna-se cada vez mais constante a presença de artistas e personagens gays nos espaços da mídia, o crescente mercado abastecido pelo poder de consumo do Pink Money e a visibilidade promovida pelo movimento GLBT. Em junho de 2003, um número de, aproximadamente, 40 mil pessoas esteve presente na Avenida Beira Mar, durante a IV Parada Pela Diversidade Sexual do Ceará. O evento organizado pelo Grupo de Resistência Asa Branca, aqui em Fortaleza, acontece em várias partes do Brasil e do exterior, em memória do Levante de Stonewall ocorrido no dia 28 de junho de 1969 em Nova Iorque, data que marca e simboliza a luta dos homossexuais. Hoje, Fortaleza conta com uma rede de serviços especializados para a comunidade gay. É uma das cidades do Brasil que possui em sua Lei Orgânica mecanismos de combate e punição às práticas discriminatórias em função da orientação sexual, além de possuir em seu calendário oficial o Dia Municipal do Orgulho Homossexual, 28 de junho. Estas conquistas são resultado da militância de gays, lésbicas e travestis em nossa capital, concentrada, atualmente, em torno do Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), organização fundada em 1989, e que impulsionou a criação de outros grupos no interior do Ceará. Nosso estudo buscou responder os seguintes questionamentos: Em que contexto surgiu o movimento homossexual em Fortaleza? Quais contribuições do grupo para a organização do movimento homossexual? Qual o perfil das pessoas que deram origem a entidade? Quais foram as suas primeiras atividades? Qual é o seu relacionamento com outros movimentos sociais, partidos políticos e instituições? Quais as suas principais conquistas e os desafios colocados hoje?

LISTA DE ABREVIATURAS

AADECHO: Associação de Apoio Defesa e Cidadania dos Homossexuais

ABGLT: Associação Brasileira de Gays Lésbicas e Travestis

ABIG: Associação Brasileira de Imprensa Gay

AEG: Associação de Empresários Gays

AGIR: Associação de Gays de Imperatriz e Região

AHM: Associação Homossexual de Maracanaú

AIDS: Acquired Immunodeficiency Syndrome

ANTRA: Articulação Nacional de Transgêneros

APELE: Associação Pela Liberdade de Expressão

APOLO: Associação Pela Livre Orientação Sexual

ASICAL: Associação para a Saúde Integral e Cidadania da América Latina

ATRAC: Associação de Travestis do Ceará

BEMFAM: Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil

CA: Centro Acadêmico

CAJU: Centro de Assessoria Jurídica

CALSS: Centro Acadêmico Livre de Serviço Social

CID: Código Internacional de doenças

CONESS: Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social

CONUNE: Congresso da União Nacional dos Estudantes

CORESS: Conselho Regional de Entidades Estudantis Serviço Social

CORSA: Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor

CRESS: Conselho Regional de Serviço Social

CS: Convergência Socialista

CSU: Centro Social Urbano

DCE: Diretório Central dos Estudantes

DS: Democracia Socialista

EBGLT: Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis

EBHO: Encontro Brasileiro de Homossexuais

EGHO: Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados
ENESS: Encontro Nacional dos Estudantes de Serviço Social
ENTLAIDS: Encontro Nacional de Travestis e Liberados
ENUDS: Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual
ERESS: Encontro Regional dos Estudantes de Serviço Social
FLG: Frente de Libertação Gay
FLH: Frente de Libertação Homossexual
GAPA: Grupo de Apoio e Prevenção à Aids
GEL: Grupo Efeito Lilás
GLBT: Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros
GLBTT: Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
GLS: Gays, Lésbicas e Simpatizantes
GLTT: Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais
GRAB: Grupo de Resistência Asa Branca
GRFM: Grupo de Resistência Flor do Mandacará
HSH: Homens que fazem Sexo com Homens
HIV: Human Immunodeficiency Virus
ILGA: International Lesbian and Gay Association
INSS: Instituto Nacional de Seguridade Social
LGTTB: Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais e Bissexuais
ME: Movimento Estudantil
MESS: Movimento Estudantil de Serviço Social
MHB: Movimento Homossexual Brasileiro
MHC: Movimento Homossexual de Camocim
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ODCH: Organização dos Direitos e Cidadania para Homossexuais
OMS: Organização Mundial de Saúde
ONG: Organização Não-Governamental
PC do B: Partido Comunista do Brasil
PDP: Projeto Democrático Popular
PSTU: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT: Partido dos Trabalhadores

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

PV: Partido Verde

RNP+: Rede Nacional Positiva

SIDA: Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

SNFPMESS: Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social

SRFPMESS: Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social

UECE: Universidade Estadual do Ceará

UFC: Universidade Federal do Ceará

UFPE: Universidade Federal de Pernambuco

UNE: União Nacional dos Estudantes

USP: Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	
AS CORES DO ARCO-ÍRIS	
1.1 Com quantas cores se pinta um arco-íris?	5
1.2 Identidade e Militância: O porquê estudar o movimento homossexual	6
1.3 Onde repousa a Asa Branca: o local da pesquisa.....	10
1.4 Aprendendo como alçar vôo: a Metodologia da pesquisa.....	14
1.5 Categorias, termos e expressões das homossexualidades.....	17
CAPÍTULO II	
AS PERCEPÇÕES ACERCA DO HOMOEROTISMO: DA ANTIGÜIDADE AO SÉCULO XX	
2.1 A Homossexualidade e os rituais de iniciação: das tribos antigas às civilizações grega e romana	26
2.2 Hebreus e antigos cristãos: a condenação dos sodomitas.....	30
2.3 Idade Média: a Europa sob o domínio da Igreja Católica.....	33
2.4 Novos mundos: o pecado e as formas de punição.....	35
2.5 O surgimento da família patriarcal burguesa e do homossexual: do pecado à doença	38
2.6 “Doentes”, porém inofensivos: as primeiras organizações de defesa dos homossexuais na Europa	41
2.7 A medicina brasileira nos anos 30: Identificação e controle.....	43
CAPÍTULO III	
REVOLUÇÃO DOS COSTUMES E COMPORTAMENTOS: O SURGIMENTO DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL	
3.1 Do mundo para o Brasil.....	47
3.2 O movimento das minorias e a “luta maior”	53
3.3 Os anos 80 e a Aids: o vírus da morte e do renascimento.....	55
3.4 O movimento das ONG’S e o Estado: lutas e visibilidade <i>gay</i>	57
3.5 <i>Gays</i> , <i>Lésbicas</i> e <i>Simpatizantes</i> : Paradas e <i>Pink Money</i>	61

3. 6 O ativismo cultural e as conquistas da década de 90	63
3. 7 Às portas de um novo milênio: preconceito e violência.....	65
CAPÍTULO IV	
HISTÓRIA DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL CEARENSE E AS ORIGENS DO GRAB	
4.1 Na fé e na luta: Um pastor, seus discípulos e os revolucionários	68
4.2 Os primeiros vôos do Asa Branca: entre quedas e decolagens	72
4.3 Cantando e contando história: avanços e desafios de hoje	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

No início do ano de 2003, precisamente, no mês de abril, o Conselho Pontifício do Vaticano para a Família divulgou a obra intitulada *Léxico de Termos Ambíguos e Coloquiais sobre a Família, Vida e Questões Éticas (Lexicon – Termini Ambigui e Discussi su Famiglia, Vita e Questioni Etiche)*. No material, está colocado o pensamento da Igreja sobre temas como aborto, sexualidade, controle de natalidade, divórcio, sexo seguro e homossexualidade. O texto, além de desaconselhar o uso de preservativos como forma de prevenção à contaminação pelo vírus da Aids, define a homossexualidade como “conflito psicológico não resolvido que a sociedade não pode institucionalizar” e acrescenta que aqueles que querem dar aos homossexuais os mesmos direitos legais na sociedade “negam um problema psicológico que volta a homossexualidade contra o tecido social”.

Em julho de 2003, outro documento da Igreja, *Considerações sobre os projetos de reconhecimento legal das uniões entre pessoas homossexuais*, conclama parlamentares de fé católica para que se posicionem de forma coerente em relação à consciência cristã, declarando-se e votando contra, quaisquer leis que visem possibilitar uniões entre pessoas do mesmo sexo. Quase que simultaneamente, o presidente dos Estados Unidos, George Bush, defendeu a aprovação de uma lei que defina o casamento como a união entre um homem e uma mulher, descartando a possibilidade de legalização do casamento homossexual naquele país.

O debate em torno da homossexualidade e a luta pela reivindicação de gays e lésbicas tem mostrado aspectos ora negativos como os fatos descritos acima, ora positivos. A visibilidade adquirida pela comunidade homossexual ao redor do mundo, ao mesmo tempo em que desperta desconforto, gera discussões sobre suas possíveis origens, suscita curiosidade das pessoas, pois este comportamento gay se coloca contra o padrão de sexualidade dito “normal”.

Na Comunidade Européia, o Parlamento, emitiu, em 1994, uma resolução recomendando os países-membros o estabelecimento de regras com o propósito de igualar os direitos de homossexuais aos dos heterossexuais, no que concerne às suas uniões. Antes desta resolução, a Dinamarca (1986) e a Noruega (1992) já haviam tomado medidas que resguardam alguns direitos aos casais gays. Na Holanda, em 2000, foi aprovada uma lei que permite o casamento civil, um ano antes, na França, foi aprovado o “Pacto Civil de Solidariedade”. Mesmo nos Estados Unidos, já existem cidades que em sua legislação reconhecem direitos destes casais. Na América Latina, Bueno Aires, tornou-se a primeira cidade a legalizar a União Civil. Isto sem falar das decisões judiciais, em outras partes do mundo, inclusive no Brasil, favoráveis às causas que envolvem questões relativas aos efeitos civis destas uniões, mesmo que não ainda não reconhecidas por uma lei específica.

A posição da Igreja ao afirmar que as relações homossexuais são fruto de uma patologia de ordem psicológica, vai contra a resolução da Organização Mundial de Saúde que desconsidera a homossexualidade como doença desde 1993. No Brasil, o Conselho Federal de Medicina teve a mesma iniciativa, anteriormente, no ano de 1985. Mesmo assim não são raras as promessas de cura do “homossexualismo” por parte de tratamentos espirituais realizados por religiões evangélicas. Como forma de precaver e punir profissionais que possam vir agir sob esta perspectiva, o Conselho Federal de Psicologia em sua resolução de nº 1 de 1999 proíbe os psicólogos de colaborar em eventos ou prestar serviços com intuito de tratar e/ou curar homossexuais.

Ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, em maio de 2002, na ocasião do lançamento da segunda edição do PNDH (Programa Nacional dos Direitos Humanos), que dentre suas propostas inclui medidas de proteção aos direitos humanos dos gays e lésbicas, o presidente posou para fotos com a bandeira do arco-íris, um dos símbolos do movimento GLBT. No evento, prometeu apoiar o projeto de União Civil que tramita no Congresso até hoje.

Em junho de 2003, é realizado em junho o Seminário Nacional de Políticas Afirmativas e Direitos da Comunidade GLBTT, que deliberou dentre outras coisas a criação da Frente Parlamentar de Livre Expressão Sexual, lançada em oito de outubro, no salão nobre da Câmara dos Deputados. A prioridade número um desta frente é votar e aprovar, ainda em 2003, o Projeto de Lei 1151/95, em sua versão original, como foi apresentado pela Marta Suplicy, que não veta a adoção e deixa claro que o projeto se destina aos homossexuais.

Além destas conquistas no cenário político, o crescimento da visibilidade na mídia e do mercado GLS são notórios, exemplo disso é o surgimento e crescimento de uma rede de serviços destinados à comunidade homossexual; as paradas do Orgulho Gay, que já acontecem nas principais cidades e a presença de um casal de adolescentes lésbicas na novela da Rede Globo, do horário das 20h, Mulheres Apaixonadas, que protagonizaram, no último capítulo o tão esperado e polêmico, primeiro beijo gay da história da telenovela brasileira. Mesmo com estes avanços, de acordo com o mais recente relatório elaborado pelo Grupo Gay da Bahia, sobre assassinatos motivados pela homofobia, o Brasil é o país campeão de crimes desta categoria. Foram contabilizadas 126 mortes, só em 2002. O nordeste foi apontado como uma das regiões mais violentas

Na capital do Ceará, “terra de cabra macho”, existe uma lei que pune práticas discriminatórias em função da orientação sexual, desde 1998. Esta conquista em Fortaleza é resultado do trabalho de militância do Grupo de Resistência Asa Branca, principal protagonista do movimento homossexual cearense, entidade reconhecida nacionalmente, e que foi fundada em 1989.

Esta pesquisa teve como objetivo identificar os processos históricos que possibilitaram a organização dos homossexuais de Fortaleza, as contribuições do GRAB para o movimento, a forma como o grupo surgiu, os sujeitos envolvidos em sua construção e nas suas primeiras atividades, as suas relações com outros movimentos sociais, partidos e organizações estatais.

O trabalho foi dividido em quatro capítulos, assim discriminados: no primeiro, intitulado de As Cores do Arco-Íris, apresentamos a justificativa, como foi despertado o interesse pela temática, as intenções da pesquisa; descrevemos a instituição, seus projetos e atividades desenvolvidas e a metodologia de investigação.

No segundo capítulo, As Percepções acerca do Homoerotismo: da Antigüidade ao Século XX, abordamos as considerações a respeito dos discursos construídos ao longo da trajetória da humanidade acerca das relações entre pessoas do mesmo sexo. Enfocamos as formas diferenciadas como outras sociedades e culturas, em diversos momentos históricos, compreendiam e tratavam dessa questão. Identificamos o momento em que surge a figura do homossexual e como foram agregados a este comportamento sentidos e valores carregados de estigmas, que vão desde o pecado à degeneração de ordem biológica; as origens das formas de controle e cura do então chamado “homossexualismo”; as primeiras manifestações de defesa dos direitos homossexuais na Europa e Estados Unidos, antes mesmo da década de sessenta, do século XX.

No terceiro capítulo, Revolução de costumes e comportamentos: o surgimento do movimento homossexual, descrevemos como esse setor da sociedade se organizou no mundo, influenciando a criação do primeiro grupo de homossexuais brasileiro. Os debates sobre os movimentos das “minorias” na década setenta, as polêmicas em torno de sua origem, o impacto da Aids nos anos oitenta, as conquistas e desafios colocados na década de 90 e as perspectivas que se colocam na atualidade.

No quarto e último capítulo, denominado História do Movimento Homossexual Cearense e as Origens do GRAB, voltamos à década de oitenta, buscamos contar a história dos primeiros dois anos do grupo, tomando como base as primeiras atas e depoimentos de seus membros, descrevendo como o mesmo foi tomando forma e se estruturando. Depois, é feita uma breve reflexão sobre os trabalhos realizados e a atual conjuntura do grupo.

CAPÍTULO I

AS CORES DO ARCO-ÍRIS

1.1 Com quantas cores se pinta um arco-íris?

O arco-íris é um dos ícones do movimento homossexual em todo o mundo, simboliza a diversidade da natureza humana, as suas inúmeras formas e expressões convivendo em harmonia.

A origem desta simbologia é referente à canção “*Over The Rainbow*”, que em português significa “além do arco-íris”. Conhecida internacionalmente, é parte da trilha sonora do filme *O Mágico de Oz* (1939), interpretada por Judy Garland, atriz idolatrada pela comunidade *gay* norte-americana. Morta em 1969, por overdose, em Londres, seu corpo foi velado na cidade de Nova Iorque. Muitos homossexuais estiveram presentes em seu funeral. Após a cerimônia, alguns se encontraram nos bares de *Greenwich Village*, em especial no *Stonewall*, vítimas da repressão policial, reagiram pelas quatro noites seguidas. Era dia 28 de junho, conhecido até hoje como marco do movimento homossexual que deu origem ao Dia do Orgulho Gay.

A primeira bandeira do arco-íris foi confeccionada 10 anos depois por Gilbert Baker, na cidade de São Francisco nos Estados Unidos. Originalmente, com oito cores: rosa, vermelho, laranja, amarelo, verde, azul, índigo e violeta. De acordo com o idealizador, cada cor representava, respectivamente: sexualidade, vida, cura, sol, natureza, arte, harmonia e espírito. Pelo fato de não haver, na época, comercialmente, a produção em massa do rosa, o número de cores baixou para sete.

Em 1979, após a morte de um ativista homossexual, o comitê da Parada do Orgulho Gay, utilizou-se da bandeira de Baker, eliminando uma faixa (a índigo). Tal

medida foi tomada a fim de dividi-las uniformemente pelas ruas, seis de cada lado. Sendo hoje, a versão da bandeira mais utilizada.

Fenômeno da natureza, dos mais belos, o arco íris surge quando gotículas de água na atmosfera são transpassadas pela luz branca do Sol, formando um espectro de várias cores. O branco representa a união de todas as cores, é símbolo da paz, e o arco-íris a harmonia entre todas elas.

1.2 Identidade e Militância: O porquê estudar o movimento homossexual

A sensação de pertencer à minorias tem sido uma constante em minha vida. Lembro ainda, logo quando iniciei minha vida escolar, o quanto era difícil encontrar e depois separar, na sala de aula, uma carteira para mim. Sou canhoto. Depois na adolescência, descobri que deveria usar óculos por causa da miopia. Sentia-me esquisito. Algumas das minhas primeiras experiências sexuais iam contra o que eu havia aprendido em casa, na escola e igreja: havia algo de errado comigo? O que era ser viado¹? Tinha, mesmo, “todas as ferramentas²”?

Neste mesmo período, por volta dos doze anos, passei a ler histórias em quadrinhos. Logo, me identifiquei com as aventuras do grupo de super-heróis conhecido por *X-Men*³, que além de possuir superpoderes, como tantos outros, fazia parte de uma minoria (mutantes) que se organizava para derrotar vilões e enfrentar seu maior inimigo: o preconceito. Os mesmos eram estigmatizados e perseguidos pelo fato de serem diferentes dos demais seres humanos. A identificação surgia deste paralelo, entre mitologia das histórias e a minha experiência pessoal. Já que, como a sexualidade, os poderes mutantes dos personagens manifestavam-se, com maior intensidade, na adolescência.

¹ (...) escrito coma letra ‘i’ e não ‘e’ porque, ao ser assim escrito, aproxima-se da representação construída no dia-a-dia, ou seja, oralmente. (GOLIN, 2002).

² Expressão chula, popularmente conhecida para afirmar que determinada pessoa possui características que denunciam um possível comportamento homoerótico.

³ Criados em 1963, nos Estados Unidos, pela dupla Stan Lee e Jack Kirby. Um dos maiores êxitos da editora *Marvel*. Suas histórias são publicadas no Brasil pela Panini Comics, em 2001 (*X-Men*) e depois em 2002 (*X2*), foram adaptadas para o cinema. Numa das cenas da última versão, um dos personagens assume-se mutante para a família, numa alusão que pode ser comparada ao assumir-se gay.

Na Universidade Estadual do Ceará (UECE), já nos semestres iniciais (98.2), comecei a participar das reuniões do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social (CALSS), dentre os debates que fazíamos, discutia-se muito a questão de Gênero e da Sexualidade. Além de militar no Projeto Democrático Popular (PDP), grupo político Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS). Aos poucos, fui “saindo do armário”⁴.

Já no quarto semestre do curso (2000.1), realizamos⁵ um trabalho, para a disciplina de Teorias Sociológicas III, sobre o Movimento Homossexual Cearense, nosso primeiro contato com o Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB) foi realizado neste momento.

A partir daí, já então, como membro da diretoria do Centro Acadêmico (CA) de Serviço Social e em seguida, como diretor de Assuntos Estudantis do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UECE, foram estabelecidos vínculos com a instituição que nos permitiram realizar atividades no campus referentes à Semana da Consciência Homossexual, entre os anos de 2001 e 2003 (Ver anexos 1 e 2). Na III Parada da Diversidade Sexual do Ceará (2002), como representante dos estudantes Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros (GLBT'S) do estado, numa das intervenções finais do evento, e em 2003, apresentando um primeiro esboço do que viria a ser esta monografia no Auditório Central da UECE.

A militância no Movimento Estudantil (ME), seja no CALSS ou no DCE, acontecia de tal forma, que simultaneamente, estávamos dialogando com outros movimentos sociais: de mulheres, negros, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a aproximação com estes movimentos fez com que eu me identificasse cada vez mais com a causa GLBT e junto ao GRAB e percebesse a importância de nos articularmos em conjunto. Posteriormente, me filiei ao Partido dos Trabalhadores (PT), no qual, faço parte da tendência Democracia Socialista (DS).

⁴ Expressão originada do movimento homossexual americano, o “outing” ou “sair do armário”, quer dizer, assumir-se gay.

⁵ Neste capítulo, o uso da primeira pessoa tanto no singular, quanto no plural, servem para identificar experiências, ora de caráter pessoal, ora de caráter coletivo.

O PT ao longo de sua trajetória política tem se destacado entre os demais partidos, como um dos interlocutores entre o movimento homossexual e o parlamento. Sendo um dos primeiros a discutir as questões do movimento GLBT. Este ano, o partido organizou a III Plenária Nacional de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais e Bissexuais do Partido dos Trabalhadores (LGTTB do PT) e o I Encontro Nacional do Setorial de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (GLTT PT).

Ainda sobre o ME, mesmo já afastado do DCE e impossibilitado participar como delegado do 48º Congresso da União Nacional dos Estudantes (CONUNE), participei da elaboração da tese da Kizomba, campo político pelo qual milito e apoiei na disputa eleitoral da nova diretoria da UNE. Em especial, contribuí de forma mais relevante no texto referente à Diversidade Sexual e Movimento Estudantil.

Neste Congresso, um grupo de estudantes GLBT'S organizou um ato reivindicatório, cobrando de nossa entidade máxima de representação espaços de discussão sobre a questão tangente aos interesses dos universitários gays, lésbicas bissexuais e transgêneros, além de denunciar práticas homofóbicas ocorridas no ME. Mobilizados semanas antes do congresso, através da internet no grupo de discussão⁶ atoconune, hospedado na página do yahoo grupos.

Este mesmo grupo recebeu algumas adesões e organizou, em setembro, um pré-encontro de estudantes universitários GLBT'S, em São Paulo, na Universidade de São Paulo (USP). Durante o evento foi discutida a realização do I Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDES), que foi realizado entre 31 de outubro a 4 de novembro de 2003, em Belo Horizonte, Minas Gerais (Ver anexos 3 e 4).

Dentro da programação do evento, podemos discutir com outros colegas as nossas críticas e reivindicações frente ao descaso do ME no que tange às questões relacionadas à homofobia praticada no espaço acadêmico, e aos próprios rumos do

⁶ O grupo de discussão é um endereço de e-mail e site de internet que permite a troca de arquivos, fotos, organização de eventos, contatos e discussões. Atualmente, estamos inscritos nas listas da ABGLT, atoconune, ENUDES, gaylawyers (Grupo de advogados, juristas, militantes e colaboradores interessados na discussão, no estudo e na promoção dos direitos dos homossexuais) e GLBT do PT.

movimento GLBT brasileiro. Numa das mesas, contamos com a presença de um representante da UNE. Houve a troca de experiências e apresentação de trabalhos artísticos e científicos relacionados ao tema. Uma das deliberações finais foi que o próximo ENUDS será sediado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no segundo semestre de 2004.

Para além da militância estudantil e político-partidária, como futuro profissional de Serviço Social, percebo a importância de contribuir para este debate, colocando-o em pauta, nos fóruns do MESS⁷.

Dentre os princípios fundamentais do Código de Ética do Assistente Social (1993) está colocado o reconhecimento da liberdade como valor ético central, eliminação de todas as formas de preconceitos, o incentivo ao respeito à diversidade, compromisso com os movimentos de outras categorias e à luta geral dos trabalhadores, além do exercício profissional sem discriminar por questões dentre as quais a “opção sexual”, sobre a qual nos deteremos a frente.

No Seminário realizado, este ano pelo Conselho Regional de Assistentes Sociais (CRESS) 3ª Região, referente ao Dia do Assistente Social, 15 de maio, foram realizados debates em torno do tema “A Sociedade Civil na Consolidação de Direitos”. O GRAB esteve presente, na atividade, representado pela travesti e advogada Janaína Dutra, numa plenária sobre gênero, expondo sobre a questão da orientação sexual. Ao final do evento, foi lançado um selo comemorativo aos 10 de Código de Ética Profissional do Assistente Social.

O acúmulo desta discussão faz-se necessário no cotidiano profissional a fim de se garantir um atendimento que corresponda aos princípios contidos no código de ética dos assistentes sociais. Lembro dos primeiros meses no estágio na Prefeitura Municipal

⁷ Encontro Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESS); Encontro Regional dos Estudantes de Serviço Social (ERESS); Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social (CONESS); Conselho Regional de Entidades Estudantis de Serviço Social (CORESS) e os Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social (SNFPMESS) e Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social (SRFPMESS).

de Fortaleza, na Secretaria Executiva Regional III. Fiz parte da equipe técnica do Projeto Mulheres Chefes de Família, do Distrito de Assistência Social. Ao final de uma reunião, realizada mensalmente nos grupos com os quais trabalhávamos, uma senhora se aproximou. Falou com a Assistente Social, dizia-se preocupada com o filho, que além de vender sacolas plásticas nas ruas do centro da cidade, estava sendo apontado por colegas e familiares como “menino sexual”⁸. Fui designado para acompanhar o caso. Em visita domiciliar, pude perceber, por parte daquela mãe, sentimentos contraditórios de amor e medo. Não compreendia o que poderia estar acontecendo ao filho que tanto estimava. Pedia para que o mesmo fosse levado a um psicólogo.

Luiz Mott professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e fundador do Grupo Gay da Bahia (GGB) acrescenta ainda, a necessidade de rompermos com a “Homofobia Acadêmica”.

O amor homoerótico continua ainda tema nefando no meio acadêmico: professores e pesquisadores gays e lésbicas se vêem forçados a permanecer na gaveta a fim de não sofrerem discriminações (...) alunos e alunas são discriminados por seus professores, vendo-se impedidos de assumir a sua verdadeira identidade existencial (HOOKER apud MOTT, 2003, p.27).

Neste sentido, nosso trabalho espera servir de instrumento para fomentação de debates sobre a problemática no meio acadêmico, promovendo a visibilidade do Movimento Homossexual Cearense e gradualmente romper com as barreiras do preconceito.

1.3 Onde repousa a Asa Branca: o local da pesquisa

O Grupo de Resistência Asa Branca é uma Organização Não-Governamental de utilidade pública municipal de Fortaleza, filiado a *International Lesbian and Gay Association (ILGA)*⁹ e a Associação Brasileira de Gays Lésbicas e Travestis (ABGLT¹⁰).

⁸ Provavelmente uma utilização confusa do termo homossexual, já que percebemos que algumas pessoas falam, erroneamente, “homem sexual”, neste caso por se tratar de um pré-adolescente: “menino sexual”.

⁹ Associação Internacional de Lésbicas e Gays, fundada em 1978. Representada, aproximadamente, em 80 países, com mais de 350 organizações filiadas.

¹⁰ Fundada em 1995. Tem como missão Fortalecer e organizar as entidades de Gays e Lésbicas, Travestis e Transexuais para promover a construção de uma sociedade livre e igualitária.

Situado à rua Tereza Cristina, nº 1050, no bairro Centro, funcionando de segunda à sexta em horário comercial, de 8h às 18h.

Fundado em 1989, no dia 17 de março. O grupo, ainda, sem sede própria, promovia suas reuniões numa sala do edifício da Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil (BEMFAM¹¹), situado à rua Floriano Peixoto, nº 1464, no bairro Centro. Posteriormente, no Centro Social Urbano (CSU) Aluizio Ximenes, na rua Dom Lino nº 1001, no bairro da Parquelândia até 2001, quando passou a funcionar no endereço acima.

O GRAB tem como missão melhorar a qualidade de vida da comunidade de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros e pessoas vivendo com HIV/Aids. Suas principais bandeiras de luta são comuns às do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB): a luta contra todas as expressões da homofobia; ódio ou intolerância à própria homossexualidade e aos homossexuais; a divulgação de informações corretas e positivas da homossexualidade e conscientizar GLBT'S da importância de organizarem-se na luta pelos seus direitos.

Os projetos promovidos pela instituição são: O Projeto Entre Bi, o de Assessoria Jurídica Direito e Cidadania, os projetos Travestis na Construção da Cidadania, o Beleza, Prevenção e Cidadania em parceria com a Associação de Travestis do Ceará/ATRAC e o Projeto Reconstruindo e Valorizando a Vida, realizado juntamente com a Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/Aids – Núcleo Ceará (RNP+/CE). Além de executar o Somos em alguns estados das regiões Norte e Nordeste (Ver anexos 5 e 6).

O Projeto Entre Bi, financiado com recursos do Ministério da Saúde, tem como público-alvo homens bissexuais, garotos de programa e parceiros de travestis e por

¹¹ Organização não-governamental (ONG) de ação social que presta assessoria técnica a órgãos governamentais e não-governamentais e associações congêneres a projetos em saúde sexual e reprodutiva.

objetivo divulgar informações sobre saúde, direitos humanos, cidadania e instituições que trabalham com prevenção e tratamento em DST'S/Aids.

A Assessoria Jurídica tem financiamento pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, atendendo homossexuais da cidade de Fortaleza e região metropolitana. Oferece serviços de assistência e orientação para vítimas, que na maior parte dos casos atendidos, sofrem discriminação em estabelecimentos comerciais. O projeto tem como parceiro o Centro de Assessoria Jurídica Universitária (CAJU) da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC).

A Associação de Travestis do Ceará foi fundada em 22 de novembro de 2001. Os Projetos Travestis na Construção da Cidadania e o Beleza, Prevenção e Cidadania têm como missão a melhoria da qualidade de vida das travestis. Estes oferecem cursos profissionalizantes como cabeleireiro, manicure e depilação, ações de prevenção à DST'S/Aids, redução de danos (no uso de drogas e aplicação de silicone). Além de disponibilizar assessoria jurídica. Ambos são financiados pelo Ministério da Saúde

O Projeto Reconstruindo e Valorizando a Vida atende a pessoas soropositivas, que convivem com HIV/Aids, e familiares. Dentre suas atividades, desenvolve cursos profissionalizantes, oficinas grupos de adesão/tratamento e prevenção. De acordo com seu boletim informativo, em seu segundo ano beneficiou diretamente 1500 pessoas dos municípios de Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Sobral e Juazeiro do Norte. Fundada em 1998, a RNP+/CE está sediada no antigo endereço do GRAB, funcionando no CSU Aluízio Ximenes.

O Somos é desenvolvido através do Centro de Treinamento e Assessoria Alan Gomes. O projeto é de iniciativa da Associação para a Saúde Integral e Cidadania da América Latina (ASICAL¹²) e realizado pela ABGLT, atuando nas cinco regiões do Brasil. O GRAB é responsável pela capacitação dos grupos da região nordeste 2, que

¹² A ASICAL foi criada em Lima, Peru, durante um encontro de lideranças gays de países do Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Colômbia), preocupados em desenvolver um projeto de grande porte visando à prevenção entre a população HSH (Homens que fazem Sexo com Homens).

compreende os estados do Pará e Amazonas (Norte) Ceará, Piauí e Maranhão (Nordeste)¹³.

As atividades de maior repercussão e visibilidade pública das quais o GRAB participa e/ou promove são: O *Candlelight* juntamente com as entidades que compõem o Fórum de ONG/Aids do Ceará, em que atua na coordenação, e a Parada Pela Diversidade Sexual.

O *Candlelight* é uma vigília realizada em solidariedade aos portadores do vírus da Aids. O evento surgiu nos Estados Unidos em 1983, nas cidades de Nova Iorque, Los Angeles e São Francisco, iniciado quando um grupo de pessoas saiu às ruas em caminhada em memória das vítimas falecidas por Aids e para sensibilizar a população e governos para que apoiassem medidas que visassem auxiliar pessoas que conviviam com a doença. Realizado no Ceará desde 1983.

A I Parada Pela Diversidade Sexual do Ceará, aconteceu em 1999. Em 2003, em sua quarta edição (Ver anexo 6), foram reunidas mais de 40 mil pessoas na Avenida Beira-Mar, um dos pontos turísticos mais conhecidos e freqüentados da cidade de Fortaleza, de acordo com a revista Universidade Pública, ano III, nº 18, agosto/setembro –2003.

O GRAB organiza reuniões mensais nas primeiras terças-feiras do mês, abertas ao público (Ver anexo 7), em que se discutem temas como: Cidadania Homossexual, A Diversidade Sexual e o Parlamento, Prevenção e Sexo Seguro, Gênero e Sexualidade, o Movimento Homossexual e a Luta Contra a Aids. O número de filados ao grupo gira

¹³ O II Treinamento de Lideranças de Grupos Homossexuais ocorreu no Hotel Amuarama, no período de 27 de setembro a 1º de outubro de 2003. Foram recebidos pelo GRAB os seguintes grupos, do Ceará: Associação Pela Liberdade de Expressão (APELE), Associação de Travestis do Ceará (ATRAC), Grupo de Resistência Flor do Mandacaru (GRFM), de Caucaia, Associação Homossexual de Maracanaú (AHM). Movimento Homossexual de Camocim (MHC), o Benjamim de Aquiraz, Grupo Efeito Lilás (GEL) de Sobral, Colorir de Tianguá. Associação de Apoio Defesa e Cidadania dos Homossexuais (AADECHO) de Juazeiro do Norte, além de homossexuais de grupos em formação de Horizonte, Crateús e Quixadá. Do Maranhão: Organização dos Direitos e Cidadania para Homossexuais (ODCH) e o Gayvota de São Luís, Associação de Gays de Imperatriz e Região (AGIR) de Horizonte. Do Piauí: Matizes de Teresina, Grupo de Voluntários de Cajueiro da Praia e outro grupo ainda em fase de organização de Parnaíba. Do Pará: Associação Pela Livre Orientação Sexual (APOLO) de Belém. O evento contou com a presença do Presidente da ABGLT Marcelo Nascimento.

em torno de aproximadamente, 260 pessoas. Diariamente, é realizada a distribuição orientada de preservativos.

De acordo com seu estatuto, a Diretoria da entidade é formada por um presidente, seu vice, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros, além de um conselho fiscal composto por três filiados do GRAB e seus respectivos suplentes. Eleita a cada dois anos, a Diretoria se reúne mensalmente.

A partir do conhecimento das atividades do GRAB, a participação nas mesmas, ainda na época da militância estudantil e depois na organização político-partidária do PT, foi surgindo diversos questionamentos em torno da história e organização do grupo.

Os quais buscamos responder no processo de construção deste trabalho: Quais foram as contribuições do GRAB para o movimento homossexual na cidade de Fortaleza? Em que contexto ele surgiu? Qual era o perfil daqueles que compuseram as primeiras reuniões da entidade? Que reivindicações direcionavam sua militância? Suas primeiras atividades desenvolvidas? Suas relações com outros movimentos sociais, partidos políticos e instituições do Estado. Quais foram suas principais conquistas?

1. 4 Aprendendo como alçar vôo: a Metodologia da pesquisa

Nossa investigação seguiu uma metodologia que permitisse nos aproximar e perceber a realidade em torno do surgimento do movimento homossexual no Ceará. Buscando-se assim, estabelecer o caminho e instrumentais próprios para sua abordagem, Minayo (1994).

O trabalho foi desenvolvido a partir de duas perspectivas investigativas, uma de caráter teórico e outra em seu sentido mais prático, buscando-se fazer a articulação entre ambas as formas de apreensão do conhecimento. Neste sentido, nossa metodologia esteve dividida em duas etapas: A exploração bibliográfica e a pesquisa de campo.

Através da pesquisa bibliográfica, tornou-se possível criar familiaridade com o objeto a ser investigado. Estabelecer diálogos com autores que abordam a temática, suas perspectivas de análise, obras e material produzido pela própria instituição, como o seu 1º livro de atas (de 1989 a 1990), fôlderes, cartilhas, jornais e manifestos.

A internet tornou-se instrumento indispensável na realização desta pesquisa, devido à escassez de material que aborde a questão estudada e pela possibilidade de conhecer a história de grupos do MHB, já históricos como o Grupo Gay da Bahia e o NUANCES do Rio Grande do Sul, e outros recém criados como a Associação Roraimense pela Diversidade Sexual - Grupo DiveRRsidade de Roraima, por meio de sites. Através dos grupos de discussão, foi possível acompanhar debates e notícias em torno do MHB, que muitas vezes não eram divulgados pela grande mídia, além de possibilitar o contato com lideranças do movimento, militantes e apoiadores.

O trabalho de campo visou a aproximação com o fenômeno estudado de forma sistemática e aprofundada a fim de que se percebêssemos as determinantes que permeavam os sujeitos envolvidos. O local de realização foi a sede do GRAB. Nosso objetivo foi apreender a dinâmica da instituição e colher depoimentos de seus sócios fundadores e suas principais lideranças, buscando abarcar também, as diversas manifestações das homossexualidades¹⁴. Neste sentido, fizemos uso de uma amostra intencional.

[U]sadas quando o pesquisador quer obter a opinião de certas pessoas, não necessariamente representativas do universo todo, mas de parte dele. Por exemplo: ouvir a opinião de líderes do acampamento dos sem-terra, de um grupo que aderiu no começo e outro mais recentemente, de um grupo mais favorável ou outro que faz mais críticas ao funcionamento do acampamento, de grupos mais jovens ou mais velhos etc (MARSIGLIA, 2001, p.25).

¹⁴ Segundo Trevisan (2002), são tantas as variantes da homossexualidade que seria equivocado restringir a vivência homossexual à idéia aos grupos que circundam nos guetos urbanos (entendidos, viados, gays, lésbicas, sapatões, bichas ou baitolas) ignorando as vivências duplas, a homossexualidade invisível e outras manifestações do desejo e práticas homoeróticas.

Em nossa pesquisa priorizamos uma abordagem de cunho qualitativo, pois a mesma permitia abranger a complexidade do objeto, uma vez que não poderia ser contida num dado estatístico. Neste sentido, desejávamos trabalhar aspectos históricos, culturais, políticos e ideológicos que o perpassam.

Nesta etapa do trabalho de campo, fizemos uso de uma entrevista que foi aplicada junto aos integrantes do Grupo de Resistência Asa Branca que correspondiam ao perfil que descrito antes.

A entrevista pode ser definida como um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado (HAGUETTE, 1992, p. 86).

O tipo de entrevista utilizada foi a semi-estruturada (Ver anexo 8), pois além de colher dados, ressaltamos a importância de destacarmos as falas espontâneas destes indivíduos, por acreditarmos que estas poderiam expressar com maior exatidão as reações, opiniões, crenças, valores e etc.

De acordo com os dados que foram obtidos, foi possível compor um breve perfil dos sujeitos selecionados para a entrevista, que se segue:

- 1) R.F.C.N., sexo masculino, 47 anos, comerciante, católico, primeiro tesoureiro do GRAB, no grupo desde 1989.
- 2) J.C.D.S, sexo masculino (travesti), 42 anos, advogada, sem religião, assessora jurídica e coordenadora de Projetos de intervenção de DST/Aids para Transgêneros, presidente da Associação Cearense de Travestis (ATRAC) e da Articulação Nacional de Transgêneros (ANTRA) e conselheira do Conselho Nacional de Combate à Discriminação ligado ao Governo Federal, no grupo desde 1991.

- 3) F.O.L., sexo masculino, 35 anos, estudante universitário, católico não-praticante, presidente e coordenador de projetos do GRAB, ex-secretário de saúde da ABGLT, conselheiro estadual de saúde, no grupo desde 1991.
- 4) M.B.M., sexo feminino, 27 anos, assessora parlamentar, sem religião, coordenadora regional do núcleo GLPT, no grupo desde 2001.
- 5) C.P.A.J., sexo masculino, 42 anos, assessor parlamentar, candomblé, ex-presidente e coordenador do GRAB e ex-militante do Centro Acadêmico de Filosofia da UECE, membro fundador.
- 6) O.A.P., sexo masculino, 44 anos, pastor e professor, cristão e zoroastriano¹⁵ ex-coordenador do grupo, membro fundador.

1.5 Categorias, termos e expressões das homossexualidades

Em nosso percurso investigativo, tanto na etapa bibliográfica, quanto no campo de pesquisa, priorizamos contar a história do movimento através das falas e depoimentos daqueles que participaram de suas primeiras manifestações e de obras escritas por militantes ou ex-militantes que vivenciaram seu surgimento e/ou vivenciam a dinâmica do MHB. Tomamos como fonte teórica básica o pensamento de autores como James Green, João Silvério Trevisan e Peter Fry. O que nos possibilitou identificar opiniões e versões diferenciadas dos eventos históricos aqui relatados. Diferenciações, que também se manifestam na utilização de categorias, na forma de escrevê-las e utilizá-las.

Seguindo as considerações acima apresentadas, para efeito de elaboração e exposição deste trabalho, fizemos uso dos termos homossexual e homossexualidade, excetuando-se o variante homossexualismo (só citado quando se referir à idéia de

¹⁵ Membro da Comunidade Asha, seguidora de uma tradição de mais de 4 mil anos inspirada na mensagem do iraniano Zaratushtra.

doença), mesmo com todas as limitações em torno de seu uso, como argumenta Costa (2002), que prefere utilizar-se das expressões homoerótico e homoerotismo.

Segundo o autor, as palavras homossexual, homossexualidade e homossexualismo carregam em si uma carga de preconceito, independente da intenção de quem as utiliza, pois reportam a idéia advinda da origem das mesmas, no século XIX. Associadas à doença, degeneração e desvio.

Isso significa, em breves palavras, que toda vez que as empregamos, continuamos pensando, falando e agindo emocionalmente inspirados na crença de que existem uma sexualidade e um tipo humanos 'homossexuais', independentes do hábito lingüísticos que os criou (COSTA, 2002, p.12).

Seus argumentos se fundamentam na existência de uma relação pautada na subjetividade da linguagem, e nos significados e valores atribuídos às palavras. Servindo para expressar determinadas regras de comportamento e normatizar a conduta dos indivíduos. Por este prisma, a palavra homossexual e suas variantes servem para identificar uma antinorma, um desvio, do ponto de vista médico legal da época em que o termo fora criado.

A preferência pelo uso da noção de homoerotismo é defendida por três razões: primeira, pela sua flexibilidade, por descrever melhor a pluralidade das práticas e desejos dos homens orientados sexualmente pelo mesmo sexo. Exclui a idéia de anormalidade que faz parte do imaginário em torno da palavra "homossexual". Segunda, por negar a existência de uma substância comum inerente a todos os homens com tendências homoeróticas. E, por fim, porque o termo homoerótico não possui uma forma substantivada que indica identidade, diferente do "homossexualismo". Como na expressão: o homossexual (substantivo), e não homem homossexual (adjetivo).

O homoerotismo vai fazer referência a uma possibilidade erótica dos indivíduos de sentir atração e/ou se relacionar com um outro do mesmo sexo biológico. O autor acrescenta que não se trata de substituir uma palavra pela outra, “não é um novo nome de batismo para uma mesma e velha realidade existencial, a ‘realidade homossexual’”. Realidade que lhe parece manifestar um modo de ser do sujeito. Mesmo utilizado pelos homoeróticos a expressão “homossexual” permaneceria subordinada ao sentido discriminatório do período de seu surgimento.

Portanto não creio que a tática político-moral, que insiste em converter a palavra ‘homossexual’ num vocábulo sem resíduo de preconceito, possa dar certo simplesmente porque afirma a pretensa naturalidade das tendências homoeróticas (COSTA, 2002, p. 35).

Sob outra perspectiva, Trevisan (2002) considera inadequada qualquer tentativa de definir a homossexualidade, seja como fenômeno natural, “a busca do cromossomo guei” ou oposto, a abordagem culturalista, que apresenta falhas ao privilegiar a idéia de uma “opção sexual”. Tal como, a criação de conceitos estanques de hetero, homo e bissexualidade. Este debate, segundo o autor, tem permeado tanto os espaços da militância, quanto os da academia. Sem que haja nenhuma conclusão definida.

(...) tais objeções tornaram-se agudas, em certos setores universitários e do próprio movimento homossexual, provocando ferrenhos adversários do ‘assumir-se’. No Brasil, assim como em outros países, muitos ex-militantes mantiveram-se diante de uma definição de homossexual, qualquer que fosse. Sua atitude enriqueceu um debate importante, já que está em jogo o próprio direito das pessoas homossexuais gerirem pluralisticamente suas vidas, seu afeto e sua sexualidade (TREVISAN, 2002, p. 36).

Já na década de 90, quando a idéia de “assumir-se”, se mostrar, a estratégia da visibilidade torna-se vantagem política, a questão em torno da utilização de termos e expressões retoma fôlego. Trevisan, chega a ponderar sobre as considerações de Costa e admite ser mais vantajoso o uso da expressão homoerotismo, do ponto de vista do significado, pela sua abrangência e por abrigar uma amplitude maior de

comportamentos e tendências. E acrescenta, a importância de tentar introduzi-la no vocabulário cotidiano.

No entanto, para efeito referencial e pela possibilidade de comunicação. O termo homossexual, “é a maneira mais generalizada de que dispomos para definir quem transa como o mesmo sexo”, mesmo levando-se em conta todas as limitações que o circundam. No mais, independente de qualquer tipo de definição ou classificação da atração sexual, ou sua atividade entre pessoas do mesmo sexo, esta permanecerá carregada de elementos discriminatórios e pejorativos.

Pelo simples fato de existir o desejo entre pessoas do mesmo sexo, é necessário referir-se a ele sob algum tipo de denominação; caso contrário. No limite acabaríamos voltando aos tempos da sufocante e hipócrita invisibilidade, que só reforçava os mecanismos repressivos. (...) Além do mais, a discussão chegou a tornar-se bizantina, resvalando para preciosismos lingüísticos impraticáveis, quando inseridos no cotidiano e distanciados dos muros da universidade que o quis instaurar (TREVISAN, 2002, p. 37-8).

A partir das leituras e dos depoimentos colhidos durante nossa pesquisa, pudemos perceber que o uso da palavra homossexual pelos militantes do MHB e do Ceará é antes de tudo, uma atitude de afirmação política, de uma identidade cultural, para além de uma mera possibilidade erótica. Fato que não nega a existência da carga negativa do termo, e em função disso, se contrapõe e pretende desconstruí-la.

Então assim, ser homossexual é ter orgulho da sua homossexualidade, vivenciar da melhor maneira possível e tentar combater o preconceito pessoal que as pessoas têm para contigo e pra com teu semelhante (J.C.D.S., em entrevista concedida ao autor, Fortaleza, 26/08/03).

Diferente da posição de Costa, para o qual esta “reforma” preservaria os termos de sua definição, “deixando-a intocada na base”. No entanto, como afirma Trevisan, no seio da militância, as categorias homoerótico e homoerotismo não repercutem, não ecoam. E quando utilizadas, remetem apenas às práticas sexuais. Acrescenta

Hocquenghen, militante na década de 60, da Frente de Ação Homossexual de Ação Revolucionária, na França:

Não existe homossexualismo que não se declare. (...) Fixamos apenas o aspecto repressivo destas relações, mas existe uma cumplicidade relativa ao objeto a partir do momento em que a bicha pressionada se reconhece homossexual e passa a ocupar seu lugar. (...) Possuir uma sexualidade da qual se possa falar torna-se um privilégio estranho, uma 'plenitude', um 'a mais', que ganha facilmente das banalidades viscosas do ramerrão heterossexual (HOCQUENGHEN, 1980, p. 12).

Constatamos que ser homoerótico, necessariamente, não torna o indivíduo identificado com a luta homossexual, até porque o homoerotismo situa-se nos limites da possibilidade, enquanto, por outro lado, a militância os extrapola. O movimento GLBT aponta para a necessidade de romper com estas barreiras, e para, além disso, "assumir" uma identidade.

A identidade gay é, sob muitos aspectos, herdeira da idealização romântica do 'homossexual outsider'. Além disso, como observou Foucault, depende diretamente do modelo de organização política fundada na consciência e interesses de classe, e está profundamente enraizada na tradição norte-americana do associacionismo comunitário e da luta pelos direitos civis, de indivíduos ou minorias. Essa circunscrição histórico-social, obviamente, não tem o propósito de atingir a legitimidade dos movimentos gay, até porque cabe à comunidade interessada a primeira e última palavra sobre o assunto¹⁶ (COSTA, 2002, p.47).

Segundo Trevisan, Foucault é contrário a idéia da identidade como coisa estagnada, diante do impasse, entre a inadequação da palavra homossexual, criada pelo discurso médico-científico, a categorização do sexo, quando parece não ser mais possível existir alternativas neste estágio das discussões; coloca:

É preciso não ser homossexual, mas sim buscar encarniadamente ser guei. Interrogar-se sobre nossa relação com a homossexualidade é antes de tudo desejar um mundo onde essas relações sejam possíveis mais do que simplesmente ter o desejo de uma relação sexual com alguém do mesmo sexo (FOUCAULT apud TREVISAN, 2002, p. 42).

¹⁶ Grifos meus.

Ainda sobre esta discussão, Trevisan aponta equívocos na utilização do termo “opção sexual”, por considerar a impossibilidade do indivíduo determinar conscientemente seu objeto de desejo. O que existiria é a possibilidade dos sujeitos escolherem publicizar sua homossexualidade, assumir-se socialmente como gay. Atualmente, expressão fora substituída por “orientação sexual¹⁷”. Da mesma forma, critica a substituição do declarar-se “ser homossexual” pelo “estar homossexual”.

Politicamente, trata-se de um retrocesso (...) Por mais bem-intencionados que pudessem estar, aqueles teóricos esqueciam-se de que ser homossexual constitui um estado social bem claro. Quando um homem se casa com uma mulher que muda até seu sobrenome, e ambos passam a usar uma aliança no dedo e vão constituir família, é impossível dizer que ‘estão’ heterossexuais – a sociedade exige provas concretas e quotidianas desse compromisso de ser (TREVISAN, 2002, p. 38).

Para fins de metodologia e compreensão do trabalho, optamos pela utilização da sigla GLBT, dentre outras variantes do termo GLS, criado em 1994, pois acreditamos que a mesma abrange uma gama de maior das formas possíveis de manifestação do desejo e prática homoerótica. G para gays; L para lésbicas; B para Bissexuais e T para os transgêneros. As demais siglas aparecerão ao longo do texto quando se referir à nomenclatura de grupos existentes e eventos do MHB.

A palavra *gay*, sinônimo de alegre, tem origem nos Estados Unidos na década de 70 e serve como referência geral para o comportamento homoerótico. Manteremos sua grafia no original americano, pois foi nesta forma, que se incorporou ao cotidiano de nossa sociedade, mesmo havendo seu equivalente em língua portuguesa: guei.

Não é uma idéia original: já no início dos anos 80 o audacioso jornal ‘Lampião da Esquina’ – periódico carioca de atitude para lá de irreverente – mostrava a cara tupiniquim das bichas e sapatas brasileiras, e o desafio ao Aurélio é uma escolha política. Guei, desta forma, escrito, não é sinônimo de ‘alegre’, como no

¹⁷ Segundo Bloomer (2003), a orientação sexual é um dos quatro componentes da sexualidade humana, os outros são o sexo biológico, a identidade de gênero e o papel sexual-social. A orientação sexual se refere a sentimentos e auto-identificação.

léxico inglês, mas a bicha que está na rua, e também a que está dentro do armário. (GOLIN, 2002, p. 9).

Entretanto, identificamos em nossa pesquisa que a utilização da palavra “guei”, restringe-se apenas ao material publicado pelo NUANCES – Grupo pela livre expressão sexual, localizado em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul e por Trevisan, que esteve à frente do Grupo Somos e do Jornal Lampião. Ressaltamos que em nosso trabalho a expressão “guei” aparecerá quando se referir, ou citar obras relacionadas a estes dois sujeitos do MHB. Os demais grupos e autores se utilizam da terminologia “gay”, pelo motivo apresentado no primeiro parágrafo.

O termo lésbica refere-se às mulheres que fazem sexo com mulheres, também podendo ser denominadas pela palavra *gay*. Ex.: mulher lésbica, ou mulher *gay*. Os bissexuais são identificados como pessoas que se relacionam sexual e afetivamente com indivíduos de ambos os sexos.

Segundo Mott (2003), “Transgêneros incluem todas as pessoas que assumem o papel de gênero oposto ao sexo biológico de seu nascimento”. Neste grupo estão incluídos travestis, transformistas, drag-queens, cross-dressers e transexuais.

As¹⁸ travestis são homens que praticam a travestilidade, termo que substitui a palavra travestismo, que ao apresentar o sufixo “ismo”, reporta-se à idéia de doença. Estas modificam seus corpos, feminilizando-se num processo que pode incluir a ingestão de hormônios e a aplicação de silicone em partes do corpo, apresentando-se como mulheres no cotidiano. Vale ressaltar que mulheres podem se travestir também e assumir um comportamento masculinizado.

¹⁸ O uso do artigo no feminino justifica-se pelo reconhecimento da luta política destes indivíduos que tem como uma das principais reivindicações o respeito e a garantia à sua feminilidade, Benedetti (2002).

Transformistas são homens que se vestem de mulher ou vice-versa, a fim de realizar apresentações de caráter artístico, e que assumem no seu dia-a-dia um papel masculino. As *drag-queens* representam uma forma exagerada e cômica da imagem feminina, apresentam-se em shows, geralmente em boates GLS. O equivalente a *drag-queen* para o sexo feminino é denominado de *drag-king*. Já os *cross-dressers* são homens ou mulheres não homossexuais que se vestem de forma semelhante ao sexo oposto para fins de realização de fantasias eróticas.

Os/as¹⁹ transexuais são indivíduos que sofrem de uma patologia conhecida como disforia de gênero, que pode ser compreendida como um desconforto com o sexo biológico. Tendo como característica fundamental o desejo de adequação de seu sexo genital. Em função disso, estas pessoas necessitam de acompanhamento médico e tratamento terapêutico a fim de, na maior parte dos casos, quando há a possibilidade, se submeter à intervenção cirúrgica.

Vale ressaltar que nosso trabalho priorizou a organização dos homossexuais masculinos, devido a sua atuação e maior incidência no cotidiano da sociedade. O movimento lésbico, além de não dispor de uma literatura histórica mais abrangente, possui uma característica que lhe é muito peculiar, ora atuando no movimento GLBT, ora no movimento de mulheres.

A dificuldade também da gente tá discutindo a questão das mulheres, de levar mulheres, o GRAB é um grupo, praticamente, de homens, as mulheres não se sentem muito à vontade de estar lá, em participar lá do grupo (M.B.M. em entrevista concedida ao autor, Fortaleza, 02/09/03).

Inicialmente, militando em conjunto com os homossexuais masculinos, as lésbicas sentiam necessidade de colocar em discussão temas relativos à questão do feminismo, como o debate sobre as relações sociais de gênero, e outras pautas específicas a condição de mulher. Mesmo no MHB, em algumas ocasiões, no seu

¹⁹ De forma semelhante à variação de gêneros dos artigos utilizados para designar as travestis, segundo Rossi (2002) "a transexual não deve ser nunca identificada por 'ele' ou 'o'. Da mesma, o transexual não deve ser tratada por 'ela' ou 'a'".

interior, se reproduziam práticas de machismo contra as militantes. Em consequência disso e sentindo a necessidade de discutir o que lhes é específico, elas foram se organizando em grupos próprios.

Antes de iniciarmos uma discussão sobre movimento GLBT, cremos ser necessário apreender as diferenciadas formas na história de percepção e compreensão da prática homoerótica, observando a mudança nos discursos durante este processo que vem desde a antiguidade até os dias de hoje.

CAPÍTULO II

AS PERCEPÇÕES ACERCA DO HOMOEROTISMO: DA ANTIGÜIDADE AO SÉCULO XX

2.1 A Homossexualidade e os rituais de iniciação: das tribos antigas às civilizações grega e romana

Na antiguidade, o comportamento homoerótico estava presente nos rituais de iniciação e nas práticas religiosas, como parte integrante da estrutura social. Para estas civilizações, a idéia que temos de “homossexualidade”, não se aplica, já que, para estes, a prática sexual entre homens não era algo que destoava das normas estabelecidas. Como afirma Bourdieu (1998), a definição dos corpos, como trabalho de construção social, determina seu uso legítimo, sobretudo os sexuais.

Quando por exemplo constatamos que em certas sociedades históricas ou etnológicas seria totalmente impensável distribuir os sujeitos em conjuntos descritivos-valorativos de ‘homossexuais’ e ‘heterossexuais’, (...) onde o homoerotismo era tão ou mais difundido quanto o heteroerotismo (...) É difícil imaginar um ateniense culto ou um guerreiro espartano da Antigüidade achando-se uma ‘exceção’ à regra da sexualidade humana (...) (COSTA, 2002, p. 25-6).

Estudos antropológicos, acerca do comportamento das tribos em Papua (Nova Guiné) e nas ilhas da Melanésia, fornecem dados que evidenciam a atividade homoerótica, com graus de diferenciação, mas pautadas num mesmo princípio: de modo geral, acreditava-se que os meninos não produziam seu esperma naturalmente, daí, surgia a necessidade de inseminá-los aos primeiros sinais de puberdade, num processo de transição da infância para vida adulta.

Embora cada tribo estudada tivesse variações de rituais, havia temas comuns a muitas, um deles a sagrada reverência ao esperma. Acreditava-se que penetrar um menino era plantar a semente do seu próprio esperma; que ele não cresceria para ser um homem e caçador forte e poderoso sem esses anos em que a sodomia era prática diária (SPENCER, 1999, p.22).

Ao término da infância, todo menino era separado da mãe e retirado da casa das mulheres para dormir na casa dos homens, cabia ao tio materno a penetração anal, pelo período aproximado de três anos, assim, o esperma seria fornecido à criança, juntamente com suas propriedades de força e coragem necessárias à vida adulta.

Para os Sambia, que viviam no interior da selva de Papua, o ritual de iniciação tinha um caráter processual: a inseminação ocorria pelo sexo oral, em que, num primeiro estágio, os meninos praticavam nos homens e rapazes mais velhos. Gradualmente, havia uma inversão dos papéis, em que o menino passava ensinar a felação aos iniciados. Ao atingir a maturidade sexual, era realizada uma cerimônia, na qual, já adulto, o menino era incorporado ao grupo dos homens e tornava-se caçador.

É válido destacar, que estava proibida a troca dos papéis sexuais, cabia ao menino mais novo sempre o papel passivo, adotando, geralmente, um nome ou título feminino. Percebe-se, então, que tais práticas estavam alicerçadas numa estrutura de dominação, em sociedades de caráter androcêntrico, em que o macho adulto exerce poder sobre os corpos das mulheres e crianças.

Se a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação, é porque ela está construída através do princípio de divisão fundamental entre o masculino, ativo, e o feminino, passivo, e porque este princípio cria, organiza, expressa e dirige o desejo (...) No caso em que, como se dá nas relações homossexuais, a reciprocidade é possível, os laços entre a sexualidade e o poder se desvelam de maneira particularmente clara, e as posições e os papéis assumidos nas relações sexuais, ativos ou passivos principalmente, mostram-se indissociáveis das relações entre as condições sociais que determinam, ao mesmo tempo, sua possibilidade, sua significação (BOURDIEU, 2002, p. 31).

De forma semelhante, o travestismo era aceitável nas tribos em que a diferença entre gêneros era muito pequena. Em muitas ocasiões, os homens vestiam-se de mulher para a realização de rituais religiosos, nestes, o travestido representava o espírito presente em meios a danças que comunicavam certa forma de erotismo entre as duplas de homens.

Daí que, embora haja uma associação entre dois homens, ela não se parece com o relacionamento de um casal gay do Ocidente. A dança tem importância

religiosa, os dois homens representam espíritos fantasiados e mascarados (SPENCER, 1999, p. 25).

Outras incidências de travestismo foram encontradas em tribos das Américas do Sul e do Norte, na figura dos berdaches, o que causou espanto dos colonizadores europeus, devido à possibilidade da troca dos papéis de gênero ser aceita socialmente. Os berdaches eram homens e mulheres que adotavam no estilo de vida, características e trabalho do sexo oposto.

O que existem nestas culturas, são identidades sociais e sexuais construídas de combinações de sexo biológico e papéis sexuais. (...) Uma pessoa que é biologicamente masculina e que desempenha o papel social masculino também é definido como homem. Ele pode manter relações sexuais enquanto se comporta 'masculinamente', ou o que é freqüentemente chamado de 'ativamente'. Se um indivíduo de sexo masculino desempenha o papel feminino, então ele é chamado de homem-mulher, berdache, ou entre os guiaiqui, kyrypy-meno (FRY, MACRAE, 1985, p. 39).

Cabe salientar, que os berdaches, além de aceitos pela comunidade tribal, eram reverenciados, pois se acreditava que estes fossem possuidores de uma natureza mística, tivessem capacidade de realizar previsões, assumindo o papel de líderes religiosos e tomando parte em seus rituais.

Quer dizer, assim, há divindades na África, é, pelo qual o grande sacerdote das grandes divindades, são homossexuais. No candomblé, também. Nas crenças afro-descendentes, afro-brasileiras, também existe homossexualidade e triângulos amorosos (...) (J.C.D.S., em entrevista concedida ao autor, Fortaleza, 26/08/03).

Na Grécia antiga; de maneira parecida ao que ocorria nessas tribos de Papua e ilhas da Melanésia; o homoerotismo fazia parte da estrutura social e estava relacionado ao processo de transição da infância para idade adulta. As práticas homoeróticas eram legitimadas por meio de uma pederastia ritualizada (Spencer, 1999), por meio de uma relação em que o jovem torna-se uma espécie de aprendiz de um homem mais velho, responsável por educá-lo gradualmente em todas as áreas da vida.

A sedução dos meninos contava com o aval de suas famílias. Nestes casos, eram mais desejáveis aqueles que fossem valentes e inteligentes, não

necessariamente, os mais bonitos. A juventude e o vigor eram cultuados pelos gregos, nos ginásios a nudez masculina era praticada durante os jogos.

O filósofo grego Platão descreve no discurso das Pausânias, na obra O Banquete, duas espécies de amor. O amor entre dois homens deve-se a inspiração da divindade Afrodite de Urânia, considerado um sentimento mais nobre e racional que conduz à sabedoria. Posteriormente, a expressão uranista, seria utilizada para denominar indivíduos homoeróticos.

A noção de homossexualidade grega é pouco adequada devido às diferenças culturais e sociais em relação ao período em que este termo passa a ser utilizado. Por outro lado, a atividade homoerótica não era vista como uma escolha excludente à heterossexualidade. Podemos afirmar que na Grécia, era exercida uma “bissexualidade”, absorvida e reproduzida no meio social.

Uma bissexualidade equilibrada, na qual um cidadão era casado, tinha um relacionamento amoroso com um rapazinho e era também visto com cortesãs ou tinha uma amante, era comportamento normal (SPENCER, 1999, p.48).

O relacionamento entre homens dava-se em torno de um conjunto de regras e valores inseridos na cultura grega. Deveria-se respeitar seu caráter transitório, a divisão dos papéis sociais e sexuais entre o homem adulto e o jovem que eram aceitáveis pela sociedade e suas representações.

Elas fixam o papel do *erasta* e do *erômeno*. O primeiro tem a posição da iniciativa, ele persegue, o que lhe dá direitos e obrigações: ele tem que mostrar seu ardor, e também tem que moderá-lo; ele dá presentes, presta serviços; tem funções a exercer com relação ao amado; e tudo isso o habilita a esperar a justa recompensa; o outro que é amado e cortejado, deve evitar ceder com muita facilidade; deve também evitar demasiadas honras diferentes, conceder seus favores às cegas e por interesse, sem pôr à prova o valor de seu parceiro; também deve manifestar reconhecimento pelo que seu amante fez por ele (FOUCAULT, 2001, p.175).

O autor fala de uma moral sobre o comportamento sexual que se dava nas relações entre homens; em que cabia ao rapaz a posição de passivo, a submissão aos desejos e o efeminamento era discriminado. O homem viril transparecia suas virtudes

morais pelo domínio de si e pela atividade sexual, na qual ele estabelecia uma relação de dominação perante o erômeno.

O jovem finalmente se tornava um homem aos 25 anos, e daí por diante assumia o papel ativo, primeiramente escolhendo um menino e depois casando. (...) O amor entre dois homens adultos ocorria freqüentemente, mas somente o 'efeminado' era motivo de recriminação social. As gírias usadas para homossexuais passivos eram variações de 'bunda larga', ao passo que as que designavam os homossexuais ativos acentuavam uma masculinidade brutal – como 'bunda cabeluda', 'bunda áspera' ou 'bunda preta' (SPENCER, 1999, p.52).

Contudo, como nos exemplos expostos, o que para determinadas comunidades humanas era algo aceitável e desejável, para outras o significado era bastante oposto. Os contatos sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram vistos, em virtude de crenças, valores e práticas, como algo extremamente negativo.

2.2 Hebreus e antigos cristãos: a condenação dos sodomitas

Para a civilização hebraica que influenciou toda a construção da cultura ocidental, existia uma preocupação muito relevante aos assuntos relacionados ao sexo, em função da necessidade de sobrevivência e multiplicação das tribos, por parte dos patriarcas citados no Velho Testamento. O casamento era uma obrigação religiosa, as relações sexuais entre os cônjuges eram valorizadas pelo Talmude¹.

O Talmude aprova a poligamia, embora haja diferentes versões sobre o número de esposas que um homem pode ter. Uma autoridade diz que um homem pode ter quantas esposas ele deseje, outra afirmava que não mais de quatro era o número apropriado. A poligamia só foi proibida no judaísmo no século XI (SPENCER, 1999, p. 54).

Havia também, uma preocupação com o desperdício de sêmen, até mesmo com a poluição noturna², tanto que a masturbação era proibida, já que a atividade sexual deveria estar comprometida com a procriação.

¹ Segundo Lucena, (2003) o Talmude compreende a Mischná (conjunto de toda a lei oral admitida) e o Guemará ("aprendizado" ou "ensino" em aramico, conjunto de comentários feitos por doutores da lei sobre a Mischná e outras coletâneas de leis orais).

² Ejaculação ocasional ocorrida, geralmente, à noite, durante o sono.

Desperdiçar a semente masculina era um ato impuro que exigia um ritual de purificação. Como os judeus eram constantemente exortados a crescer e se multiplicar, procriar e encher a Terra, o sêmen só podia ser depositado no útero das mulheres (SPENCER, 1999, p.64).

A homofobia tem um momento histórico, que é o momento em que, a tribo de Israel tinha necessidade, se propunha a ser, a governar o mundo. E por isso, hoje são os romanos, são os cristãos. Eles diziam o seguinte: de qualquer (...) o deus deles, Javé, dizia que eles iriam ser numerosos como a areia dos deserto ou como as estrelas do céu. Ou seja, qualquer relação que não produzisse filho. Qualquer, não só, era o coito anal, o coito interrompido, qualquer coisa que não produzisse o filho através do casamento, deveria ser discriminado. Então, a partir desse momento se criou uma cultura para discriminar. E o que aconteceu foi o seguinte: Essa pequena tribo, escravizada pelos egípcios, conseguiu hoje, ser a grande tribo do mundo, a grande religião do mundo, que é o Cristianismo e que diz isso (C.P.A.J., em entrevista concedida ao autor, Fortaleza, 11/09/03).

Acredita-se que a homossexualidade era considerada uma atitude abominável, segundo passagens da Bíblia (Levítico 18:22 e 20:13). Sendo punida, em alguns casos, com a morte por apedrejamento. A história de Sodoma e Gomorra é tomada como referência pelas religiões judaico-cristãs como prova cabal da condenação ao homoerotismo por parte de Deus. Daí que, o uso do termo sodomia surge para designar as relações homossexuais masculinas.

Desde o século XII, aproximadamente, este relato vem sendo considerado como uma condenação da homossexualidade. A palavra 'sodomita' passou a se referir àqueles que mantêm relações anais, e o pecado de Sodoma foi considerado como sendo o do ato homogenital³ masculino. Assim, Deus supostamente condenou e puniu os cidadãos de Sodoma, os sodomitas, por suas atividades homogenitais (HELMINIAK, 1998, p. 40).

Alguns autores, estudiosos dos textos bíblicos, tal como Helminiak, afirmam ser equivocada a interpretação, de que na Bíblia a homossexualidade fora condenada. Como exemplo, são apontados trechos nos quais o homoerotismo é tratado positivamente, como no relacionamento entre Davi e Jônatas. Nos livros de Samuel I e II, diversos versículos sugerem uma relação de amantes⁴.

³ HELMINIAK (1998) faz uso do termo homogenital por compreender que na época bíblica não havia uma compreensão elaborada a respeito da homossexualidade como orientação sexual. O que havia era uma idéia geral dos atos e contatos entre pessoas do mesmo sexo.

⁴ I Samuel 18:1-4, I Samuel 19:1-7, I Samuel 20:1-43, I Samuel 23:16-18, II Samuel 1:26 e II Samuel 9:1-13.

Os romanos, influenciados pelas tradições antigas, celebravam a bissexualidade masculina. Tal qual os gregos, havia na civilização romana, uma manifestação do desejo pelos corpos belos e jovens e a admiração pelo macho adulto, que deveria exercer domínio sobre as classes inferiores⁵. Essa dominação incluía, também a subjugação sexual. Homens romanos podiam amar jovens escravos e até mesmos, meninos livres, estes com alguma restrição.

Sob influência do Cristianismo, o Império Romano passou a condenar o homoerotismo por meio de leis cada vez mais severas. Dentre as punições, os homoeróticos daquela época corriam o risco de serem castrados e condenados à fogueira, como previa uma lei de Justiniano no ano 533 d.C.

A Igreja Cristã, desde seus primórdios, no que diz respeito à sexualidade, tem se colocado numa postura que vai contra as práticas exercidas pelas civilizações pagãs. Segundo a teologia tradicional, Paulo, em suas epístolas no Novo Testamento, condena a homossexualidade⁶.

A vida nos mosteiros era regulada por um conjunto de regras que tinha por objetivo evitar ao máximo qualquer espécie de contato entre os monges, que pudesse convergir em alguma conotação sexual. A vida monástica, estabelecia um código disciplinar que direcionava à castidade absoluta.

Jovens monges não deviam se aproximar muito uns dos outros; quando falassem entre si, deviam manter os olhos baixos; nunca deveriam se tocar. Meninos adolescentes não podiam dormir lado a lado; se houvesse mais de um menino pra uma cama, então o monge tinha que dormir entre eles. Os monges deviam estar sempre alerta para a tentação sexual, sendo a chave para uma vida boa o celibato absoluto (BULLOUGH apud SPENCER, 1999, p. 87).

A influência do discurso moralizante da Igreja foi crescendo e fazendo parte do cotidiano das comunidades européias. As normas ditadas pelo Clero passavam, internalizadas pela população, interferindo na forma como as pessoas se relacionavam

⁵ Mulheres, jovens do sexo masculino e escravos, considerados passivos pela sua condição de dominados. (CHAUÍ, 1985).

⁶ I Coríntios 6:9-10, I Timóteo 1:9-10, Romanos 1:26-27.

consigo mesmas e como os outros, manifestando a disciplina e controle exercidos, nesse período da história.

2.3 Idade Média: a Europa sob o domínio da Igreja Católica

O Período Feudal foi marcado pelo declínio dos centros urbanos, ascensão da vida campesina, do comércio e mercados agrícolas. A moralidade da época sofreu forte influência das antigas idéias cristãs que paulatinamente vinham influenciando a criação de leis que visavam coibir e punir o sexo não-procriativo. Surge também, neste período, histórico a concepção de práticas “naturais” e “antinaturais”⁷.

Hincmar de Reims (806-882), um arcebispo teólogo que muito influenciou o pensamento cristão, aplicou o termo sodomia a todos os atos sexuais não-procriativos. Ele também definiu como ‘contra a natureza’ qualquer emissão de sêmen com uma freira, um parente, uma mulher casada, um animal ou consigo mesmo, fosse por manipulação das mãos ou por outro meio. (SPENCER, 1999, p. 98)

Entre os séculos IV e XI, em meio à elaboração de medidas legislativas que penalizavam a sodomia, a Igreja passou a publicar os penitenciais, manuais religiosos, que continham as punições cabíveis às práticas que ofendessem a moral cristã da época. Apesar de diferenças de punições sugeridas por diferentes autores e países, em todos os casos a homossexualidade era condenada em toda Europa, com prisões, multas e jejum.

Na Idade Medieval há um crescimento maior da influência da Igreja na vida cotidiana, na ocasião, a postura dos clérigos aponta para uma investida mais incisiva contra os praticantes da sodomia e passou a ser relacionada com a heresia. O ideal heterossexual assumiu maior força e o apelo à procriação, da mesma forma. A Inquisição é instituída por Gregório IX em 1231 com o objetivo de deter, julgar e punir os hereges. Entre 1250 e 1300, a maior parte da Europa promulgou leis contra a atividade homossexual que previam a pena de morte, (Spencer, 1999).

⁷ O termo contra a natureza ou antinatural, faz referência "sempre que a semente masculina fosse despejada extra vas, quer dizer, fora do' vaso natural da mulher "" ALMEIDA apud TREVISAN (2000).

Nas idades média, renascentista e barroca, a sodomia (coito anal) era considerada pela Inquisição como o mais nefando dos crimes, punido com a morte. Tanto a sodomia hetero quanto a sodomia homo (MORICONI, 2002, p. 98).

No século XIV, os ideais de conduta defendidos pela Igreja estavam disseminados na sociedade. De acordo, com este código moral, as relações sexuais se restringiam ao casamento, desde que, se respeitasse o critério de normalidade: a penetração vaginal numa posição pré-determinada, para que não se desviasse daquilo desejado por Deus. Todas as outras formas de manifestação da sexualidade estavam contaminadas pelo demônio, condenando, assim, seus praticantes ao inferno.

O valor do próprio ato sexual: o cristianismo o teria associado ao mal, ao pecado, à queda, à morte (...) A delimitação do parceiro legítimo: o cristianismo, diferentemente do que se passava nas sociedades gregas ou romanas, só o teria aceito no casamento monogâmico e, no interior dessa conjugalidade, lhe teria imposto o princípio de uma finalidade exclusivamente procriadora. A desqualificação das relações entre indivíduos do mesmo sexo: o cristianismo as teria excluído rigorosamente, (...) (FOUCAULT, 2001, p.17).

Com o advento da Peste Negra (1348-1350), os europeus foram tomados por uma crise de histeria e medo. Pregadores, baseados na ligação que o Imperador Justino havia feito entre desastres naturais e atitudes pecaminosas, passaram a afirmar que os pecados da carne ameaçavam toda uma população por causar a ira divina, de maneira similar com o que ocorreu em Sodoma e Gomorra. A homossexualidade era considerada parte integrante do satanismo.

O Papa Inocente VIII (1484-1495) promulgou uma bula, *Summis desiderantes affectibus*, especialmente para justificar e encorajar a caça às feiticeiras. A bula alegava que os demônios, chamados incubos (masculinos) e súcubos (femininos), adotavam formas humanas para manter relações sexuais violentas com pessoas desprevenidas, assim causando natimortos, impotência e esterilidade. Qualquer ser humano podia ser um demônio, sobretudo o que fosse atraente e sedutor e que tentasse o outro para a união sexual. (...) Mais tarde, acreditou-se que os homossexuais condenados podiam ser filhos de tais uniões (SPENCER, 1999, p.124).

O Humanismo europeu, por outro lado, em oposição ao discurso da Igreja, idealizava o homoerotismo, isto porque fora influenciado pela cultura grega e romana. O mundo clássico tornava-se referência, nos campos do conhecimento, arte e costumes,

causando preocupação aos clérigos. Posteriormente, práticas “antinaturais” no seio da Igreja, foram denunciadas por Martin Lutero.

Amedrontados com a ira divina, a sodomia, então já considerada como vício, era punida veementemente em algumas cidades da Itália. Os homens flagrados em atitudes homossexuais viam-se obrigados a fugir ou eram exilados. Os nobres, geralmente, eram executados. No entanto, a arte clássica celebrava o “amor masculino”, como podemos observar nas obras de Leonardo da Vinci e outros artistas da época.

Esses mesmo valores morais que se manifestavam na época e serviam de justificativa para perseguir e punir os sodomitas, foram impostos à outras culturas durante os processos de invasão e conquista de novos continentes, ocorridos no período das colonizações.

2.4 Novos mundos: o pecado e as formas de punição

A descoberta de Novos Mundos, já no século XVI, colocou colonizadores e missionários diante de civilizações em que o “vício de Sodoma” estava disseminado, causando espanto destes. Como já mencionamos anteriormente, nas Américas os berdaches faziam parte da estrutura social daqueles povos, com a chegada do colonizador, foram humilhados e exterminados. O mesmo ocorreu no Brasil, diferentemente, da moral dos europeus, os índios davam pouca importância à virgindade e até questionavam o celibato.

Mas entre os costumes devassos dos habitantes desse paraíso tropical, nada chocava mais os cristãos da época do que a prática do ‘pecado nefando’, ‘sodomia’ ou ‘sujidade’ – nomes então dados à relação homossexual que, segundo o pesquisador Abelardo Romero, ‘grassava há séculos, entre os brasis, como uma doença contagiosa’ (TREVISAN, 2000, p. 65).

Na Inglaterra, com o crescimento dos espaços urbanos e da sua população, foram construídas grandes mansões para acomodar a criadagem, muitos dormiam

numa mesma cama. Situações como essa, propiciavam contatos de natureza sexual entre empregados, e em outras oportunidades, com os senhores, apesar da proibição da Igreja e do Estado.

Os homens da corte inglesa vestiam e portavam-se de maneira exagerada, perfumados com muitos acessórios, perucas a moda, desta forma, denunciavam o efeminamento dos nobres. A literatura tornava-se espaço de vazão do sentimento homoerótico nas obras de autores como Richard Barnfield, Marlowe e Thomas Middleton, publicadas no século XVI, e no meio teatral. Até hoje, especula-se que Shakespeare tenha dedicado parte de sua produção artística ao “amor masculino”.

Os puritanos ingleses lançaram seu ódio ao meio teatral, que consideravam ser um antro de perversões. Desaprovavam que meninos se travestissem para interpretar personagens femininos, prática comum em sociedades em que as mulheres eram proibidas de atuar. Inúmeros foram os casos de perseguição e condenação do comportamento homoerótico.

No século XVII, o movimento da Reforma Protestante vai questionar o celibato por parte dos padres. Reforçando ainda mais a idéia da legitimidade do contato sexual apenas no casamento e somando-se à repressão já praticada pelas lideranças católicas. Mesmo no casamento, práticas como o coito interrompido eram pecaminosas, pois ameaçavam extinguir uma nova vida. Esta mesma ideologia era repassada às colônias do Novo Mundo.

Em 1655, a colônia de New Haven⁸ editou um conjunto de leis que incluíam uma menção ao crime de lesbianismo. É a primeira vez que ele aparece num código civil, que cita Romanos 1.26 como um precedente, interpretando-o assim: ‘chamou nas escrituras a procura de carne diferente, ou outra carne que não permitida por Deus, por um conhecimento carnal de outro instrumento que não o que Deus determinou’. Quando a ‘depravação sodomita’ é mencionada, seguem-se-lhe parênteses (tendendo à destruição da raça humana) (SPENCER, 1999, p. 167).

⁸ Localizada na Nova Inglaterra.

Em resposta ao movimento de Reforma promovido pelos protestantes, a Igreja Católica revidou com uma Contra-Reforma que veio potencializar a perseguição às práticas consideradas heréticas, dentre elas a homossexualidade. Como instrumento de controle moral e doutrinário, foi instaurado o Tribunal do Santo Ofício na Europa.

Em Portugal, o período da Contra-Reforma coincidiu com a minoridade de D. Sebastião, de modo que reinava interinamente o cardeal Infante D. Henrique, que era também inquisidor-geral. Pode-se compreender, portanto, como a implantação da Contra-reforma católica foi amplamente facilitada em território português. Nesse contexto de religiosidade severa, Portugal, não escapava das crenças gerais relativamente à sodomia – também chamada de ‘pecado nefando’ e ‘sujidade’ (TREVISAN, 2000, p. 111).

Como consequência, no Brasil, que era submetido à legislação da Coroa Portuguesa, a sodomia passou a ser equiparada como crime que lesava a Majestade, sendo punida com a pena de fogo, confisco dos bens e infâmia sobre os filhos e descendentes do condenado.

No Brasil Colônia, havia ainda a jurisdição eclesiástica, com constituições próprias distintas tanto da Justiça secular quanto do Tribunal da Inquisição. (...) Nessas Constituições – que continuaram vigorando até 1900 -, a sodomia era considerada ‘tão péssimo e horrendo crime (...), e provoca tanto a ira de Deus, que por ele vêm tempestades, terremotos, pestes e fomes, e se abrasaram e subverteram cinco cidades, duas delas somente por serem vizinhas de outras onde ele se cometia’. Pecado ‘indigno de ser nomeado’, chama-se por isso ‘nefando, que é o mesmo que pecado em que não se pode falar, quanto mais cometer’ (TREVISAN, 2000, p. 165-6).

A perseguição que existiu na época não impediu que surgissem territórios alternativos de encontro e convivência entre homoeróticos. Por exemplo, na Inglaterra, as *molly houses* (casas de viado) eram locais reservados em tavernas em que podia se ouvir música, assistir apresentações de dança, cantar, beber e os homens vestiam-se de mulher.

Não eram difíceis de localizar, pois constantemente eram descobertas e invadidas por agentes das Sociedades pela Reforma dos Costumes. Seus freqüentadores, trabalhadores e homens da classe média, arriscavam-se ser vítimas de diligências policiais.

Os veados tornaram-se alvos fáceis; socialmente, eram reconhecidos pela escolha dos trajes e do meio. É como se tivessem assumido o papel de vítimas e se oferecessem para serem punidos (SPENCER, 1999, p.182).

Nos séculos que se seguiram a perseguição a esses sujeitos se intensifica, atinge um novo patamar de estigmatização alimentado pelo processo de aparecimento e expansão do capitalismo e pelo discurso médico científico, que os desloca da condição de pecadores à de degenerados.

2.5 O surgimento da família patriarcal burguesa e do homossexual: do pecado à doença

Com o início do século XVIII, a ascensão da pequena burguesia e a hegemonia da lógica mercantilista marcavam o surgimento da necessidade de que novos valores fossem absorvidos pela sociedade em prol da nova organização social. Houve uma valorização do trabalho e os papéis de sexo e da família passaram a ser redefinidos.

O capitalismo, com sua característica competitiva exigia que as famílias fossem estruturadas sob um patamar que possibilitasse a reprodução da força de trabalho e de mercado consumidor. Os casamentos eram arranjados pelos pais e obedeciam a uma perspectiva de obtenção e partilha de bens das partes envolvidas.

A Revolução Industrial foi marcada por um período de aumento das taxas de crescimento e fertilidade, a ênfase ao casamento ia contra à sexualidade não-reprodutiva. O comportamento efeminado, associado à frugalidade, fraqueza e por não possibilitar a reprodução, foi duramente discriminado. O objetivo era fazer do homem o *homem-pai*, cidadão ocupado exclusivamente em trabalhar, cuidar dos filhos e fiscalizar a moral sexual das esposas (Costa, 2002).

Para a família burguesa ou operária, seria uma vergonha ter um 'invertido' na família. Era tão embaraçoso quanto ter um deficiente físico, um esquizofrênico, um alcoólatra, um portador de sífilis, tuberculose ou câncer (MORICONI, 2002, p.101).

No século XIX, o comportamento homoerótico passa a ser analisado e tratado sob uma nova perspectiva. Ao discurso da Igreja e da legislação de diversos países, foi acrescentada a visão médica, devido o desenvolvimento do campo científico e a grande influência que a Medicina exercia na sociedade.

Foi por volta de 1870 que os psiquiatras começaram a constituí-la como objeto de análise médica, ponto de partida, certamente, de toda uma série de intervenções e controles novos (...) Antes eles eram percebidos como libertinos e às vezes como delinqüentes (daí as condenações que podiam ser bastante severas – às vezes o fogo, ainda no século XVIII – mas que eram inevitavelmente raras). A partir de então, todos serão percebidos no interior de um parentesco global com loucos, como doentes do instinto sexual (FOUCAULT, 1998, p. 233).

Segundo Chauí (1985), esta mudança de perspectiva não vai significar um avanço na liberação sexual ou numa diminuição da repressão, mas a passagem a outras formas repressivas que servem ao propósito da “normalização”.

[F]oram surgindo novos articuladores das malhas de um poder mais sutil, mais científico. Como agentes especializados desse controle rigorosamente dividido em categorias, apareceram primeiro os higienistas, depois os médicos-legistas e os psiquiatras, como se verá (TREVISAN, 2000, p.171).

É neste momento histórico que vai ser cunhado, pela primeira vez o termo homossexual, com o sentido que conhecemos até hoje, no ano de 1869, pelo médico húngaro Karoly Maria Benkert. Este havia escrito que a homossexualidade era conseqüência de um impulso que os tornava física e psiquicamente incapazes.

O termo passou gradualmente a ser empregado por acadêmicos embora o panfleto de Benkert permanecesse esquecido, até que o médico alemão Magnus Hirschfeld o republicasse em 1905. Em inglês, a palavra foi usada pela primeira vez numa carta por J.A. Symonds, em 1892, e mais ou menos na mesma época apareceu na tradução de Charles Gilbert Chaddock de *Psychopathia Sexualis*, de Krafft-Ebing. Mas foram Hirschfeld e Havelock Ellis que trouxeram para o grande público (SPENCER, 1999, p. 274).

Da mesma forma, outro alemão, Karl Heinrich Ulrichs vai utilizar o termo uranista, em referência ao amor inspirado pela musa Urânia que inspira o amor entre pessoas do mesmo sexo no *Symposium* de Platão. De qualquer modo, ambas terminologias vão ser tratadas como sinônimos.

No Brasil, os médicos higienistas exerceram grande influência na sociedade, através de proposições que visavam elaborar mecanismos de promoção da saúde pública com intuito de conter a disseminação de doenças como a sífilis. Tomemos como exemplo a obra *Da prostituição em geral e em particular em relação ao Rio de Janeiro* do Farmacologista Francisco Ferraz de Macedo, já em 1872. Para este médico o desvio homossexual era decorrente de uma criação moral imprópria, cabendo à moralidade, não à medicina evitar essa “aberração da natureza”.

A obra *Psychopathia Sexualis* de Krafft-Ebing (1886) influenciou toda uma geração de médicos. Neste livro, a homossexualidade era considerada manifestação de uma anomalia hereditária e da degeneração do sistema nervoso central. Estas idéias propiciaram, posteriormente, já que partiam da concepção de doença, a proposição de uma série de formas de tratamento e cura, que iam do internamento à castração terapêutica dos indivíduos homoeróticos.

Em nosso país, Francisco José Viveiros de Castro publicou *Attentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do insticto sexual* (1894), argumentando que a inversão sexual era um problema médico, posicionando-se contra a idéia de degeneração moral, já que sua pesquisa fundamentava-se na leitura de obras escritas por médicos europeus.

Recorrendo ao médico alemão Albert Moll e ao psiquiatra austríaco Richard von Krafft-Ebing para fortalecer sua posição, Viveiros de Castro insistia: ‘Mas quando se trata de uranistas, isto é, de indivíduos atingidos de inversão congênita ou psychica a punição seria uma verdadeira crueldade, porque elles não podem furta-se a estas inclinações, elementos integrantes de sua personalidade’ (GREEN, 2000, p. 87).

Havelock Ellis e J.A. Symonds, na obra *Inversão Sexual* vão tratar do lesbianismo, já que o primeiro, embora heterossexual, era casado com uma lésbica. O livro relata a história de três homossexuais femininas e argumenta que a principal causa de suicídio entre mulheres é a homossexualidade. O pensamento dos dois autores acima, apesar de suas limitações, vai contribuir na construção dos primeiros discursos em defesa do homoerotismo.

2.6 “Doentes”, porém inofensivos: as primeiras organizações de defesa dos homossexuais na Europa

Ellis Havelock, médico de idéias socialistas, apesar de reafirmar que a prática homoerótica era realmente uma patologia, acreditava que o homossexualismo era incurável e caracterizava o comportamento de uma minoria. Para além disso, defendia que as leis deveriam assegurar que os homossexuais pudessem viver em paz, já que portavam uma anomalia inofensiva e que houvesse campanhas de esclarecimento e educação ao restante da população.

A relação entre a defesa de uma sexualidade mais livre e o socialismo que marca a posição de Ellis norteou também o trabalho e a vida de um grande herói do socialismo utópico inglês, Edward Carpenter (1844-1929). Influenciado pelas idéias do poeta americano Walt Whitman, Carpenter acreditava num companheirismo que poderia incluir relações homossexuais entre homens e que seria um fator de equilíbrio para o materialismo, uma forma de espiritualizar a democracia e unir as classes sociais (FRY, MACRAE, 1985, p.85).

Edward Carpenter criticava veementemente a estrutura social da época, a burguesia industrial, seus valores e moral. As leis, para ele, estavam a serviço de uma classe dominante e não aos anseios do homem. Em sua vida privada, viveu maritalmente com o operário George Merrill até que este viesse a falecer. A casa dos dois tornou-se ponto de peregrinação de diversos apoiadores das causa homossexual, do movimento trabalhista, socialista, artesãos e intelectuais.

Os ideais colocados acima impulsionaram na Europa a organização de campanhas contra a descriminalização da homossexualidade. Em destaque, a que ocorreu na Alemanha, em 1897, em vista de abolir o artigo 175 do Código Penal daquele país, que punia as práticas homoeróticas.

Tão bem-sucedida foi essa campanha que conseguiu mais de seis mil assinaturas de personalidades e médicos importantes para um abaixo-assinado e adesão pública do líder do Partido Social-Democrata, Augusto Bebel, que chegou a proferir um discurso no Reichstag em seu favor (FRY, MACRAE, 1985, p. 87).

No mesmo ano, foi fundado em Berlim, pelo médico judeu Magnus Hirschfeld, o Comitê Científico Humanitário, que além de lutar pela abolição do artigo 175, guardava em sua sede inúmeros documentos referentes à pesquisas sobre o homossexualismo. O comitê oferecia serviços de aconselhamento e estava comprometido com a produção científica sobre o tema.

Já no século XX; na Rússia, após a Revolução de 1917, o governo bolchevique aboliu as leis que puniam os atos homossexuais, tendo em vista uma verdadeira contraposição ao que era praticado em outros países da Europa. Com a ascensão dos stalinistas ao poder, começou a ser desenvolvida a idéia de que a homossexualidade era produto da decadência burguesa. Em 1934, Josef Stalin introduziu uma lei que pune homossexuais masculinos até oito anos de prisão. (Fry, Mac Rae, 1985)

Em diversas partes do continente europeu, foram criadas instituições que visavam discutir a legislação anti-homossexual baseados nas pesquisas nos campos da medicina, biologia, psicologia e sociologia. Estes grupos, além da questão da homossexualidade, debatiam assuntos em torno de um rol de desigualdades no meio social.

No período compreendido entre 1933 e 1941, sob a perspectiva da visão da homossexualidade como anomalia, prosseguiram a ser realizados tratamentos experimentais que visavam sua cura. No estado da Geórgia (EUA) foram realizados testes com terapias de choque. A lobotomia chegou a ser recomendada também em Nova Iorque, além da terapia de “aversão” na Tcheco-Eslováquia.

Geralmente o método consiste na aplicação de um medicamento que cause enjôo logo após a apresentação de fotografias ou recriação de situações que se deseja que o paciente deixe de gostar. Condiciona-se, desta forma, um homossexual masculino a sentia enjôo toda vez que vir um homem do tipo que antes considerava atraente. Nesta técnica, às vezes substitui-se o medicamento que causa enjôo pela aplicação de choques elétricos (FRY, MACRAE, 1985, p.76).

Na Alemanha, já sob domínio nazista, em 1933 promoveu uma perseguição aos homossexuais que culminou com a invasão do Comitê Científico Humanitário e destruição de seu acervo. Houve um aumento do número de condenações relativas à infração do artigo 175. A Gestapo, polícia do regime nazista, enviavam os homossexuais condenados para campos de concentração, identificados com um triângulo rosa costurados no peito. Atualmente, o triângulo rosa é um dos símbolos do movimento gay.

Os judeus, os homossexuais e os ciganos – que usavam no peito, respectivamente, triângulos amarelos, rosa e marrons – foram os que mais sofreram torturas e violência por parte da SS. Eram descritos como a escória da humanidade, sem direito a viver no solo germânico, devendo assim ser exterminada (SPENCER, 1999, p. 329).

No Brasil, neste mesmo período, anterior ainda a Segunda Guerra, na década de 30, iniciou-se uma pesquisa científica com a fim de identificar esses desviantes, com a justificativa de descobrir mecanismos de tratamento e cura dos “doentes”.

2.7 A medicina brasileira nos anos 30: Identificação e controle

Para os homossexuais brasileiros, a década de 30 foi marcada por uma crescente intervenção dos médicos, juristas e criminologistas em questões sociais que abrangiam desde a fundação “higiênica” da mulher na família até a relação entre raça e crime, (Green, 2000).

Nas primeiras décadas do século XX, através da consolidação de um grupo de médicos-legistas liderados por Leonídio Ribeiro⁹, foi se impondo no Brasil a questão da identificação criminal, com bases nas teorias fascistas do criminologista italiano Cesare Lombroso e graças a treinamentos no *Polizei Institut* do Terceiro Reich, em Berlim. Assim como os criminosos, os loucos e as prostitutas, também os homossexuais passaram a ser meticulosamente estudados, visando a determinar seus caracteres biotipológicos; para tanto, utilizavam-se fotografias íntimas, tiradas quando pederastas eram encarcerados (CORRÊA apud TREVISAN, 2000, p. 182).

⁹ Médico Criminologista, então diretor do Departamento de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal em 1932. (Green, 2000).

Acreditava-se que a homossexualidade ocorria por consequência de uma disfunção do sistema endócrino, o que acarretava numa fenotipologia diferenciada dos indivíduos ditos normais, possuindo o homossexual, tanto características físicas masculinas, como femininas. Daí, a necessidade de propiciar um método eficiente de identificação destes desviantes, a fim de garantir o controle e repressão de suas atividades sexuais impróprias e anti-sociais.

Deve ser ressaltado que neste estudo, como um todo, os registros históricos existentes revelaram muito mais sobre a vida de homens pobres, da classe operária e da classe média-baixa que buscaram a satisfação sexual em lugares públicos, do que incidiram sobre a vida de gays da classe alta, que podiam se dar ao luxo de viver de modo mais circunspeto. Quanto mais baixo o *status* econômico ou social de uma pessoa, mais vulnerável ela se tornava aos abusos de policiais (GREEN, 2000, p. 36-7).

Respaldados pelo discurso de que a homossexualidade era uma doença, médicos brasileiros passaram a propor, também em nosso país, diferenciadas formas de tratamento e métodos de cura do homossexualismo. Dos quais, a aplicação de sucos de vários órgãos de animais, para corrigir o mau funcionamento das glândulas de secreção interna dos invertidos; pois acreditava-se que o homossexualismo era causado por uma degeneração no sistema hormonal; o transplante de testículo e a internação.

Numa tese de 1928, defendida na Faculdade de Medicina de São Paulo, o médico-legista Viriato Fernandes Nunes alertava: 'Toda perversão sexual atenta violentamente contra as normas sociais'. E exigia rigor na repressão, pois se 'esses criminosos (os pederastas) têm perturbadas as suas funções psíquicas', a sociedade não pode permitir-lhes 'uma liberdade que eles aproveitariam para a prática de novos crimes' (TREVISAN, 200, p.187).

Mesmo não havendo sido criada no Brasil nenhuma instituição destinada ao internamento de homossexuais (manicômio ou presídio), como chegou a ser sugerido, muitos homoeróticos que viveram neste período foram internados em manicômios comuns a fim de serem submetidos a tratamentos médicos. Segundo Green (2000), o confinamento era o principal método "terapêutico" na década de 30. O Sanatório Pinel e o Hospício Juquery, ambos em São Paulo, chegaram a receber este tipo de paciente.

Os médicos no Pinel começaram a utilizar 'consulvoterapia' e injeções de insulina para 'curar' o que consideravam um comportamento esquizofrênico. A consulvoterapia consistia em injetar o medicamento cardiazol em um paciente em quantidade cada vez maiores para provocar ataques epiléticos. A 'insulinoterapia' por sua vez era destinada a causar choque hipoglicêmico, levando o paciente ao coma (GREEN, 2000, p.229-30).

Em 1941, foi acrescentada à lista de tratamentos do Pinel a terapia de eletrochoque. Vale ressaltar, que todas estas formas de tratamento não obtiveram resultados favoráveis, inúmeros foram os casos de "recaídas" por parte dos doentes, "depois de receberem alta".

A terapia de transplante de testículo não se firmou como tratamento popular; na verdade, não há menor indício de que os médicos brasileiros sequer tenham procurado testar esse possível remédio. (...) Os intelectuais mais reputados começaram a abandonar as teorias eugênicas, especialmente aquelas marcadas por um viés racial, na década de 1940, em parte em razão da associação dessas idéias com a Alemanha nazista (GREEN, 2000, p. 236).

A idéia de anomalia em torno do comportamento homoerótico, trouxe por outro lado também, por parte de um estudante de direito Jorge Jaime, a iniciativa de argumentar de que mesmo doentes, os homossexuais deveriam ter direitos assegurados. Curiosamente, neste período de opressão e repressão tão acentuadas por parte do Estado, o mesmo chegou a defender o casamento entre homossexuais durante um Seminário para a disciplina de Medicina Legal em 1947.

[O]s homossexuais deveriam ter o direito de casar: Existem milhares de invertidos que vivem maritalmente com indivíduos do seu próprio sexo. Se fosse concedido o casamento entre homens não se criaria nenhuma monstruosidade: apenas se reconheceria um estado de fato. (...) A união legal entre doentes é um direito que só os países ditatoriais e negam. Se os leprosos podem casar entre si, por que devemos negar esse direito aos pederastas? Só por que, aos normais, repugna um ato de tal natureza? (JAIME apud GREEN, 2000, p. 285 Jaime).

Em 1948 O Relatório Kinsey (O Comportamento Sexual do Homem), do americano Alfred Kinsey, veio a acrescentar dados considerados polêmicos da sexualidade humana. Este estudo constatava que 37% dos homens americanos tinham tido alguma experiência homossexual em suas vidas.

Segundo o trabalho, de 4% a 5% da população masculina adulta são homossexuais durante toda vida. Outros 13% são predominantemente homossexuais, mas se relacionam com pessoas do sexo oposto (LEIVAS, 2002, p. 63).

Ainda, nos Estados Unidos, em meio à Caça às Bruxas promovida por McCarthy, contra o comunismo, surgiu a Sociedade Mattachine, grupo de defesa dos direitos de homossexuais.

(...) a Sociedade Mattachine adotou uma linha de moderação e cautela visando a integração do homossexual na sociedade através da reforma das leis anti-homossexuais dos Estados Unidos. Seus associados muitas vezes aceitaram a noção da homossexualidade como doença, freqüentemente adotavam pseudônimos e enfatizavam sua 'respeitabilidade'. A própria palavra 'homossexual' tendia a ser rejeitada devido à sua ênfase no 'sexual', e outros neologismos foram adotados, 'homófilo' e 'homoerótico' (FRY, MACRAE, 1985, p.94).

Após estas primeiras décadas do século XX; de perseguições aos homossexuais referendadas pelo discurso médico e científico, que se acrescentou à posição tradicional das igrejas de origem judaico-cristã; nos anos 60 foi promovido um intenso debate acerca da cultura e valores de nossa sociedade que acabou influenciando o comportamento de toda uma geração.

CAPÍTULO III

REVOLUÇÃO DOS COSTUMES E COMPORTAMENTOS: O SURGIMENTO DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL

3.1 Do mundo para o Brasil

A década de 60 marca um período peculiar na história do século XX, com seguidos momentos de manifestação e contestação dos valores estabelecidos. Neste período vão eclodir, dentre outros, os movimentos *hippie* e feminista, e os homossexuais, também, passaram a se organizar de forma mais articulada, inicialmente nos Estados Unidos e Europa. Momento em que se questionava os valores e moral estabelecidos através de manifestações e atitudes que denotavam o sentimento de liberação sexual.

Você não precisa ter uma vivência ou uma aliança pra manter relações sexuais. Que sexo é prazer, e se eu sinto prazer em ter, fazer sexo com alguém, não interessa se eu conheci essa pessoa há um minuto ou há dez anos. (...) Só que diz o seguinte, nos coloca enquanto promíscuos: nós não somos promíscuos, nós gostamos de fazer sexo. Por isso que, o homossexual ele consegue tirar, encontrar um parceiro em qualquer local que ele esteja e conseguirá um local pra fazer sexo, mesmo contra tudo e contra todos (...) Eu venho de um período em que uma das frases mais corretas que nós tínhamos, mais prazerosa, era a *suruba*. Porque o sexo grupal era um sexo, que não era só eu, ou outra pessoa (C.P.A.J., em entrevista concedida ao autor, Fortaleza, 11/09/03).

Em 1966, homossexuais americanos manifestaram-se contra a expulsão de gays das forças armadas. A idéia de libertação sexual foi incorporada pelo movimento de contracultura, junto com os militantes negros e feministas, dando início a Formação da Frente de Libertação Gay (FLG) nos Estados Unidos, que se espalhou por boa parte da Europa Ocidental. O marco histórico do movimento homossexual moderno vai acontecer em 1969.

O “Levante de *Stonewall*”, em Nova Iorque: Reação dos gays à repressão policial praticada nos “guetos” daquela cidade, no dia 28 de junho de 1969. O enfrentamento com a polícia iniciou-se na madrugada e se estendeu por quatro noites posteriores. No primeiro aniversário do confronto, gays de vários estados americanos marcharam pelas ruas de Nova Iorque, numa demonstração de disposição na luta pela defesa de seus direitos. O dia 28 de junho foi instituído como o Dia do Orgulho Gay e em diversas partes do mundo, hoje, são realizadas paradas em referência a esta data.

[P]ara efeitos das lutas civis, que geraram conquistas extraordinárias, nos Estados Unidos, desde os anos sessenta, sair do armário, assumindo publicamente a identidade gei, foi decisivo. Todavia, lá, tratava-se simplesmente de trazer à esfera pública uma verdade vivida e reconhecida na vida privada (SOARES, 2002, p. 138).

Em meio a essa conjuntura Internacional, o Brasil vivia sob uma ditadura desde o golpe militar de 1964. Mesmo assim, no Rio de Janeiro, um grupo de homossexuais publicava o Jornal O Snob, mesmo não sendo o primeiro, foi o mais influente e duradouro mecanismo de divulgação da subcultura homossexual deste período em nosso país.

Apesar da repressão sofrida pelos homoeróticos brasileiros, no fim do século XVIII e nas primeiras décadas do século XX, cidades com Rio de Janeiro e São Paulo, receberam um grande contingente de imigrantes e populações de outras partes do país. Neste processo de crescimento urbano contínuo, os homossexuais que ali chegavam foram construindo espaços de convivência e aproximação em que ocorriam encontros amigáveis e de caráter sexual.

Em meio esse alvoroço diário, milhares de jovens solteiros perambulavam pelas ruas do maior centro urbano do Brasil em busca de trabalho, diversão, companhia e sexo. (...) E os homens que apreciavam relações sexuais com outros homens apegaram-se, obstinadamente, aos vários pontos do centro da cidade dos quais se haviam apropriado como lugares públicos para encontrar parceiros sexuais e socializar-se com os amigos (GREEN, 2000, p. 52-3).

O Jornal, não tinha pretensões de caráter político, limitava-se, meramente, como está escrito em seu primeiro número em 1963, em divulgar “comentários das festas, fazer fofocas, os disse-me-disse”. Dizia não pertencer nem à esquerda, nem à direita.

Contudo, os movimentos estudantis, de jovens e revolucionários que varreram o mundo em 1968 claramente influenciaram o grupo, e o jornal refletia a mudança da atmosfera evidente no Brasil. Ao longo desse ano explosivo, praticamente todo número de *O Snob* trazia um editorial ou um artigo referindo-se à Guerra do Vietnã, às manifestações em Paris ou ao movimento *hippie*, além dos protestos de estudantes internacionais e brasileiros (GREEN, 2000, p. 311).

Em contrapartida, ao clima de efervescência dos movimentos sociais no Brasil, foi baixado pelo governo dos militares o Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1968. O Congresso Nacional foi fechado, as vozes dissidentes silenciadas pela censura imposta aos meios de comunicação, cassação de mandatos e direitos civis.

Devido a onda de prisões e torturas, em 1969, *O Snob* deixou de ser publicado, seus editores temiam que ele fosse confundido com as publicações “subversivas” de esquerda. Um ano antes, por iniciativa do grupo, tentou-se organizar a Associação Brasileira da Imprensa Gay (ABIG), juntamente com outras publicações destinadas aos homossexuais, o que acabou não ocorrendo, em função do clima repressivo, (Green, 2000).

Mesmo com o fim do jornal *O Snob*, as idéias do movimento *gay* internacional foram difundidas pela grande mídia nacional, o que viria influenciar os movimentos políticos e sociais de esquerda e impulsionar a organização dos homossexuais brasileiros.

(...) em 1969, o *Jornal da Tarde* publicou uma reportagem de Reuters sobre o ‘gay power’ em São Francisco, nos Estados Unidos. *O Globo* cedeu espaço em suas páginas para uma matéria da Associated Press sobre a marcha em Nova York, em 1970, organizada pela Frente de Liberação Gay. (...) O Jornal do Brasil também publicou uma história sobre as atividades da Frente de Liberação Homossexual Argentina, o único grupo de direitos gays sul-americano existente nessa época (GREEN, 2000, p. 416-7).

Somente no fim da década de 70 é que vai haver um abrandamento do regime. Os exilados retornavam ao nosso país trazendo consigo as idéias disseminadas nos Estados Unidos e Europa e as vivências dos movimentos feminista, ecológico, negro e de libertação sexual.

Quando esses personagens começaram a voltar, graças à anistia instaurada em 1979, trouxeram consigo vivências que haviam absorvido em sua forçada temporada longe do lar. (...) Pode-se dizer que a eclosão do Movimento de Liberação Homossexual no Brasil faz parte de uma (vã) tentativa de se abrir para o mundo, buscando dialogar com seu tempo (TREVISAN, 2000, p. 336).

Homossexuais e intelectuais do Rio de Janeiro e São Paulo passaram a se reunir com o objetivo de organizar um Grupo de discussão sobre a questão da homossexualidade. O mesmo ocorria em relação ao movimento feminista e negro, que dentro dos padrões da esquerda ortodoxa estavam inseridos na luta das minorias.

Dois acontecimentos vão marcar o surgimento do Movimento Homossexual Brasileiro neste período: O lançamento do número 0 do Jornal O Lampião da Esquina¹ (1978), no Rio de Janeiro e a organização do Somos² – Grupo de Afirmação Homossexual (1979), em São Paulo em meio o processo de abertura democrática.

Em abril de 1978, aprecia então o número 0 do jornal *Lampião* – fato quase escandaloso para as pudicas esquerda e direita brasileiras, acostumadas ao recato, acima de tudo. Com sua redação instalada no Rio de Janeiro, mas mantendo uma equipe editorial também em São Paulo, *Lampião* vinha, bem ou mal, significar uma ruptura: onze homens maduros, alguns muito conhecidos e respeitados intelectualmente, metiam-se num projeto em que os temas tratados eram aqueles considerados ‘secundários’ - tais como sexualidade, discriminação racial, artes, ecologia, machismo - e a linguagem empregada era comumente a mesma linguagem desmunhecada e desabusada do gueto homossexual (TREVISAN, 2000, p. 338-9).

Inicialmente; chamado de Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais; a consolidação da proposta do Grupo Somos, aconteceu durante a promoção de um debate público no Campus da Universidade de São Paulo, na Faculdade de Ciências

¹ Título sugestivo da vida gay de rua, mas que também aludia à figura do rei do cangaço. O conselho editorial incluía nomes como o antropólogo Peter Fry, cineasta e crítico de cinema Jean-Claude Bernadete, o pintor e escritor Darcy Penteado e intelectuais como João Antônio Mascarenhas e João Silvério Trevisan (Green, 2000).

² Homenagem à publicação de vida curta editada pela Frente de Liberação Homossexual Argentina, extinta em 1976, pela ditadura de seu país (Green, 2000).

Sociais, ainda no ano de 1979. Uma das principais polêmicas da discussão que se colocava foi a questão da prioridade em relação a “luta maior” (classista) e o movimento das minorias.

A importância deste debate é que marcou mais uma vez a crescente importância do movimento homossexual como interlocutor legítimo na discussão dos grandes assuntos nacionais. Além disso, foi uma experiência catártica que aumentou a confiança dos participantes e deu impulso à formação de outros grupos similares em São Paulo e outras cidades como também em vários estados (FRY, MACRAE, 1985, p.23).

O debate em torno da relação entre a luta setorial de *gays* e movimento classista tornou-se bastante acirrada, naquele momento. Trevisan afirma que a grande questão colocada na primeira fase do movimento homossexual em nosso país: “era válido de discutir sexualidade, coisa considerada secundária no grave contexto brasileiro”?

Os estudantes *gays* se queixavam de que a esquerda brasileira era homofóbica. Estudantes de esquerda que apoiavam Fidel Castro e a Revolução Cubana argumentavam que combater temas específicos, como sexismo, racismo e homofobia, iria dividir o crescente movimento contra o regime militar. Eles sustentavam que as pessoas deveriam se unir em uma luta geral contra a ditadura (DANTAS apud GREEN, 2000, p. 433).

Durante a realização do I Encontro Nacional de Grupos Homossexuais Organizados, realizado em São Paulo, a disputa entre os grupos divergentes no interior do movimento intensificou-se, e na votação de uma proposta referente ao dia Primeiro de Maio, houve um tensionamento muito grande.

Durante esse I Encontro Nacional, o momento mais crucial e mais revelador das divergências foi a votação em torno de uma moção que pretendia obrigar todo o Movimento Homossexual a participar da comemoração de Primeiro de Maio, Dia dos Trabalhadores, num estádio de futebol da cidade de São Bernardo, perto de São Paulo (TREVISAN, 2000, p.354).

Segundo Green (2000), a posição de Trevisan e de outros homossexuais perante a esquerda se justificava em muitos aspectos. O Partido Comunista Brasileiro, organização de esquerda hegemônica até o começo dos anos 60, defendia a posição tradicional stalinista, de que a homossexualidade era produto da decadência burguesa.

Idéia disseminada, inclusive no Movimento Estudantil, mesmo assim, em alguns casos, os militantes homossexuais eram tolerados.

Então o PC do B não queria perder a presidência, suportavam, como outras pessoas que iam, tinham que ser suportados, porque o movimento não podia. As pessoas não gostavam, mas eu era de entidade. Então eu tinha respaldo junto, eu era do Centro Acadêmico de Filosofia da UECE. Como iam botar pra fora, me botar pra fora, porque eu era, se eu era de 'massa'? (C.P.A.J., em entrevista concedida ao autor, Fortaleza, 11/09/03).

Apesar da discordância, a participação do Somos na atividade do dia Primeiro de Maio aconteceu, tendo a maioria votado contra o apoio à greve dos sindicalistas, militantes ligados aos setores de esquerda organizaram o ato público.

Eles estavam ali para apoiar a greve geral dos sindicalistas, cuja paralisação levava o governo a decretar o estado de sítio e a convocar o Segundo Exército. Os corajosos ativistas gays e lésbicas marchavam sob uma faixa onde se lia: 'Contra a Discriminação ao(à) trabalhador(a) homossexual' (...) Quando o grupo adentrou o estádio de futebol para participar de uma assembléia no fim da passeata, foi aplaudido por milhares de pessoas (GREEN, 2000, p. 434).

Porém, este fato e a continuidade da discordância em relação articulação com a esquerda brasileira fez com que o Somos se dividisse. A parcela contrária aos rumos que a entidade estava tomando fundou um novo grupo, o Outra Coisa.

No mesmo Primeiro de Maio, Trevisan, que se colocou contra a proposta de apoio aos sindicalistas, juntamente com outros que tomaram a mesma posição foram ao Parque do Carmo, em São Paulo, fazer um piquenique, "operários e bichas comemorávamos nosso direito à preguiça e à desobediência".

Trevisan afirma que o grupo trotskista Convergência Socialista, até então, ligado ao Partido dos Trabalhadores, foi responsável pela dissolução final do grupo, ao tentar impor ao Somos uma lógica alinhada ao discurso da esquerda político-partidária, numa tentativa "eleitoreira" de cooptar o movimento, perdendo, assim, sua autonomia.

Da mesma forma que aconteceu com o Grupo Somos, o jornal *Lampião da Esquina* deixou de ser publicado devido divergências dentro de seu Conselho Editorial, em julho de 1981.

3.2 O movimento das minorias e a “luta maior”

Ao estudarmos a história dos movimentos sociais e suas principais matrizes teóricas, percebemos que os estudos em torno desta temática, em sua maioria, até os anos 60 deste século, concentraram seu enfoque nas questões relativas às lutas do movimento operário (o movimento sindical). Neste sentido é dada uma ênfase central à luta de classes.

Com o advento das lutas pelos direitos sociais (gênero, sexo, raça, cultura e etnia, etc.), nos anos 50 e 60, na Europa e Estados Unidos, os estudos sobre os movimentos sociais foram esboçados sob novos paradigmas. Elementos relacionados às dimensões subjetivas e aos sistemas de valores destes grupos passaram a ser analisados.

No Brasil a luta pelo direito à cidadania (exercício de direitos e deveres) por setores excluídos da sociedade ampliou-se em lutas pelo direito à liberdade, igualdade e expressão das individualidades. Impulsionados pelo movimento de (re)democratização, grupos representantes destes novos movimentos sociais organizaram-se na manifestação pelo desejo de construção de uma sociedade sem exclusões, discriminações e segmentações. Dos quais, destacamos a luta pelos direitos dos homossexuais.

Segundo Sader (1998), ficava evidente que os movimentos sociais só poderiam se desenvolver fora da institucionalidade, o momento colocava a emergência de novas práticas coletivas. Os novos movimentos sociais se caracterizam pela contestação à ordem estabelecida, independente do Estado e partidos políticos, construindo um

processo de auto-organização, e por dar voz aos novos sujeitos coletivos, antes silenciados.

Na verdade, a descoberta de que havia algo mais para a política além do Estado começa com os fatos mais simples das vidas dos perseguidos. Nos momentos mais difíceis, eles tinham de se valer do que se encontravam à sua volta. Não havia partidos aos quais mais se pudesse recorrer, nem tribunais nos quais se pudesse confiar (WEFFORT apud SADER, 1988 p. 33).

Gohn (2000), quando se refere aos novos movimentos sociais, os localiza numa perspectiva que vai tratar dos processos micros da vida cotidiana, observando a ação dos novos atores sociais, trabalhando os paradigmas de cultura, identidade, autonomia, subjetividade, interação política etc. A autora considera necessário perceber a possibilidade de se chegar uma visão integrada dos movimentos sem que se privilegie a questão das classes sociais, reconhecendo que há problemáticas que não são decorrentes desta, mas que mesmo assim são perpassadas por ela.

Devemos superar a idéia de que credo, gênero, expressão sexual, racial e classe social nos colocam no mesmo campo político, e com os mesmos propósitos. Estes pressupostos não podem ser vistos de forma simplista, mas entendidos como fatores fundamentais para superarmos a condição de marginalização social que passa com certeza pelo econômico. A complexidade a qual os seres humanos constróem as suas demandas sociais e individuais perpassam a questão de classe social (GOLIN, 2002, p. 155).

Para Sader (1998), a questão da classe social é abordada a partir de duas noções diferenciadas. Numa dessas perspectivas, a noção de classe passa por um sentimento de percepção subjetiva de pertencer a determinado grupo social.

(...) numa primeira, 'objetivamente dada' a classe é definida pelas condições de existência; na Segunda ela depende da elaboração 'subjetiva' da organização dos sujeitos implicados. Não se trata de escolher entre as duas noções, mas de articulá-las enquanto dois momentos indissolúveis (OLIVEIRA apud SADER, 1988, p. 49).

Hocquenghen (1980), que foi militante da Frente Homossexual de Ação Revolucionária em 1971, argumenta que diferentemente dos grupos de esquerda, em suas reuniões tratavam de chegar ao universal revolucionário partindo de experiências particulares.

Os temas procuravam concentrar-se sobre os indivíduos ali presentes e suas experiências quotidianas enquanto homossexuais, assim como dúvidas, problemas e projetos, visando dessa maneira a atuar sobre a realidade sem começar pelo *outro* mas por nós próprios. O modelo era, até certo ponto, o *gay consciousness raising group* americano, através do qual se buscava uma identidade enquanto grupo social (TREVISAN, 2000, p. 339).

Para Touraine (1997), os novos movimentos sociais não visam criar um novo tipo de sociedade. Pois na Era da Globalização, perde-se a importância do processo de produção e a transformação do mundo de mercado enquanto espaço de socialização das relações sociais. Não se estaria mais lutando pelos meios de produção, como na luta proletária, mas sim, pelas finalidades dessas produções culturais.

Gohn (2000) acrescenta que a “novidade” destes movimentos se explicita nas formas de organização e o modo de equacionar as demandas, assim como o lócus de atuação, pois a carência de serviços para os setores populares e as diversas formas de manifestação de preconceitos não são algo novo na sociedade.

Ativar a nossa auto-determinação, acabando com porta-vozes e representantes, é o ponto ideal onde deveríamos chegar, enquanto seres envolvidos na prática desejante de ‘ousar dizer o nome’, afirmar-se como pessoa e se construir a partir da negação de que somos vítimas (TREVISAN, 2002, p. 167).

Perceber isoladamente, as questões relativas a micro e macroteoria, cotidiano e a estrutura de nossa sociedade tornaria insatisfatória a compreensão dos processos de discriminação e exclusão dos setores oprimidos. Como afirma Gohn, é necessário perceber ambos os processos e procurar articulá-los.

3. 3 Os anos 80 e a Aids: o vírus da morte e do renascimento

Os anos 80 vão proporcionar um momento inusitado ao movimento dos homossexuais em todo mundo. Ao mesmo tempo em que o advento da Aids veio colocar em pauta a questão do comportamento homoerótico, deu forças ao preconceito e intolerância, contribuiu para reorganização dos homossexuais no Brasil.

Os primeiros casos da doença foram notificados em *Los Angeles* e Nova Iorque, em 1981. Logo no início, a epidemia ficou conhecida como “câncer gay” ou simplesmente “peste gay”, já que a doença havia se manifestado, sobretudo, em homossexuais. Os setores conservadores da sociedade, aproveitando-se deste fato, passaram a considerar a doença como “vingança da natureza”, “castigo divino” contra os sodomitas.

As respostas à epidemia dadas pelas entidades governamentais não correspondiam às reais necessidades dos seus principais atingidos. Spencer (1999) afirma que os homossexuais concluíram que estavam sendo ignorados em virtude da opressão que já sofriam. Então, passaram a se auto-organizar contra a indiferença das autoridades. Para Costa (2002), sobreviver à Aids significava um ponto ganho na luta contra a intolerância e a discriminação.

O Grupo Terrence Higgins, fundado no final de 1982, em memória do primeiro britânico a morrer de Aids, organizou a primeira conferência nacional sobre o assunto em 1984. Um ano depois, obtiveram os primeiros recursos públicos para a causa (WEEKS apud SPENCER, 1999, p. 359).

No Brasil, o movimento encontrava-se desmobilizado após a dissolução do Somos. Coube às poucas forças militantes que restavam organizar um sistema de prevenção da Aids e tratamento das vítimas.

Da militância homossexual sobraram ativistas perplexos, dentro de grupos pouco representativos, esvaziados e sem condições de reflexão ou, menos ainda, de mobilização – com algumas exceções, por sua regularidade e contundência, como foi o caso do *Grupo Gay da Bahia (GGB)*, fundado em 1980 e talvez o primeiro grupo de direitos homossexuais a ser registrado como sociedade civil, ainda em 1983 (TREVISAN, 2000, p. 365).

Em São Paulo, por exemplo, a pensão da travesti Brenda Lee, passou a abrigar travestis infectados e doentes de Aids. Os militantes se misturavam às equipes do Ministério da Saúde, atuando em locais de frequência de *gays*, distribuindo material informativo e camisinhas. Em 1983, a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo,

organizou um Programa de DST/Aids a partir de uma reunião com lideranças homossexuais.

3.4 O movimento das ONG'S e o Estado: lutas e visibilidade gay

Os grupos de defesa homossexual, a partir deste período, passaram a se organizar como Organizações Não-Governamentais (ONG'S), o que proporcionou uma relação diferenciada com as entidades do governo. Este tipo de organização permitia que fossem destinadas verbas públicas às ONG'S para quem fossem desenvolvidos projetos de esclarecimento e prevenção sobre a doença, (Trevisan, 2000). Segundo algumas lideranças gays do país, esta nova modalidade de relacionamento com o Estado, trouxe implicações negativas à organização do movimento.

A maioria dos grupos gays do Brasil colocam em seus estatutos que são ONGs Aids, pensando assim em disputar o dinheiro público com aquelas que efetivamente surgiram em decorrência da epidemia. A bem da verdade, são grupos gays que só querem mais dinheiro público, e assumem quaisquer papéis para garanti-lo. É submissão total. Acabam compactuando com campanhas conservadoras, como redução de número de parceiros e a monogamia como métodos de prevenção (GOLIN. 2002, p. 159).

Trevisan (2002) acrescenta que neste relacionamento com os organismos de Saúde do Estado, muitas ONG'S acabam por se envolver exclusivamente com quem questões relacionadas à Aids, o que pode ser desastroso ao associar diretamente a imagem do homossexual ao vírus e ao deixar em segundo plano outras prioridades do movimento gay. Ainda afirma, que a relação com o governo torna os grupos reféns de suas políticas, a fim de garantir verbas para as ONG'S. Exemplo disso, é a utilização da expressão politicamente correta "homens que fazem sexo com homens" (HSH).

Então, essas siglas são bonitinhas pra ficarem arrumadas dentro de uma coisa tecnocrata, pra que possa passar melhor da questão da validação, mas não acho que dá visibilidade. Dá visibilidade chamar de viado, chamar de baitola, chamar de gay, entendeu? (J.C.D.S., em entrevista concedida ao autor, Fortaleza, 26/08/03).

Fora o impacto negativo da doença, a Aids, também acarretou numa visibilidade a respeito da homossexualidade como nunca havia acontecido antes. Os homossexuais haviam saído do limbo, foram revelados como parte da sociedade. (Trevisan, 2000).

Depois da AIDS, tudo o que se desenhava em círculos minoritários do campo cultural ganhou uma publicidade inusitada. Através de depoimentos pessoais, livros e filmes, sujeitos portadores do vírus ou de sintomas da doença passaram a falar livremente de suas experiências sexuais e amorosas para o público 'heterossexual', sem constrangimento ou censura (COSTA, 2002, p.167).

Conheci o GRAB, foi através da questão da AIDS, né? O GRAB, já naquela época, fazia um trabalho bem legal, apesar de ser um grupo que trabalhava a questão dos direitos humanos dos homossexuais, mas já havia um trabalho bem legal com a questão da Aids, e quando eu descobri que tinha HIV, havia um grupo de homossexuais que se reuniam no GRAB e foram essas pessoas que me levaram até o GRAB. Eu acho que esse trabalho que o GRAB faz, é na área de apoio, de assistência com as pessoas que estão doentes de HIV é muito importante. Então, foi através da questão da Aids, que eu fui até o GRAB (F.O.L., em entrevista concedida ao autor, Fortaleza, 29/08/03).

Mesmo em meio à tragédia da Aids, o Grupo Gay da Bahia começou a liderar uma campanha para que o Ministério da Saúde não mais adotasse o código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças (CID), no qual se incluía o homossexualismo como "desvio e transtorno sexual". Em 1985, o Conselho Federal de Medicina cedeu, passando o homossexualismo para o Código 206.9, debaixo da denominação "outras circunstâncias psicossociais".

Na cena cultural brasileira, a visibilidade *gay* foi também foi crescendo. Artistas como Ney Matogrosso, Clodovil e Roberta Close destacavam-se no cenário nacional, desde os meados da década de 70. Nos programas humorísticos, como por exemplo, o personagem Capitão *Gay* do humorista Jô Soares e em shows de calouros como o Clube do Bolinha, onde travestis se apresentavam em concursos de dublagens. Esta década também ficou conhecida pela explosão das discotecas e da *disco music*, neste período, é lançada a música *I Will Survive*, pela cantora Gloria Gaynor, considerada

como espécie de hino da comunidade gay. Nas novelas e seriados televisivos, segundo Trevisan (2000), a presença homossexual já se tornou uma instituição³.

Em meio ao pânico da Aids, o cantor Agenor de Miranda Araújo Neto, mais conhecido como Cazuzu, ex-vocalista da banda Barão Vermelho, aparecia na mídia expondo sua luta contra a doença. No ano de 1989, já bastante acometido pelo vírus, foi capa da revista *Veja*, com a seguinte manchete: “Uma vítima agoniza em praça pública”.

O terror causado pelo medo da epidemia fez com os setores reacionários da sociedade brasileira propusessem e tomassem atitudes de extrema homofobia. Desde a recusa por parte de farmacêuticos em aplicar injeções em homens efeminados e nas declarações de lideranças religiosas.

[O] então arcebispo de Porto Alegre, D. Cláudio Colling, manifestava revolta contra as campanhas de combate à Aids – ‘coisa indecente, falando em coito anal e bucal’ – e dizia que diante delas dava ‘vontade de sair com uma faquinha bem afiada’ (...), ajuntou que às vezes ‘tinha vontade de ser um Hitler, que capava os bichos e esterilizava as mulheres’ (FOLHA DE SÃO PAULO apud TREVISAN, 2000, p. 451).

As batidas policiais nas áreas de prostituição travesti se intensificaram, pastores evangélicos, prometiam a “cura” da Aids e da homossexualidade através do exorcismo. Frases do tipo “Contribua com a humanidade, mate um *gay* por dia”, tomaram parte do imaginário popular. Autoridades de saúde exigiam medidas mais enérgicas por parte do governo.

Em 1987, o médico mineiro Aloísio Resende Neves, primo do famoso político Tancredo Neves, enviou às entidades profissionais o seu projeto de uma cirurgia peniana que impedisse a ereção e ejaculação em homens infectados pelo HIV, ‘para não permitir que possa(m) contaminar outras pessoas’, pois seria um desrespeito aos direitos humanos, segundo ele permitir que ‘a ereção inflame a Aids e contamine a humanidade’ (TREVISAN, 2000, p. 450-1).

³ O caso mais escandaloso ocorreu na novela *Torre de Babel* (1998), da TV Globo. Duas mulheres lindas, inteligentes e bem-sucedidas mantinham um relacionamento homossexual estável. As pressões de setores conservadores da sociedade foram tantas que a audiência diminuiu, levando sua produtora, a matar o casal de lésbicas numa providencial explosão de um *shopping center*. (Trevisan 2000). Recentemente, a telenovela das 20h, da Rede Globo, *Mulheres Apaixonadas*, mostrou entre seus personagens um casal de adolescentes lésbica, que protagonizou o primeiro beijo *gay* numa telenovela brasileira, no último capítulo.

O que houve posteriormente a este período difícil para o movimento homossexual, devido ao seu poder de mobilização e luta por políticas de prevenção da doença e assistência aos portadores do HIV, foi um quadro que se mostrou positivo à comunidade *gay*.

A queda no número de homossexuais infectados, a doença havia se “heterossexualizado”, atingido atualmente, de forma preocupante, mulheres heterossexuais monogâmicas e adolescentes, principalmente, as camadas mais pobres da sociedade. Em razão disso, o governo tem destinado mais verbas para estes setores, e a expressão preconceituosa “grupo de risco” foi substituída por “comportamento de risco”.

O advento da Aids, que mais do que o seu surgimento, ele veio reforçar o preconceito contra os homossexuais, que se dizia que era uma ‘doença de viado’, era o ‘câncer gay’. Então assim, houve um recharçamento maior de sociedade. (...)E foi mudando, né? Porque antes, foram os homossexuais, depois, os hemofílicos, depois, os usuários de drogas, depois, filhos de portador, os bissexuais. Hoje em dia, a gente tem a epidemia feminilizada, interiorizada e pauperizada (J.C.D.S., em entrevista concedida ao autor, Fortaleza, 26/08/03).

Ainda no final dos anos 80, durante o processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, grupos protestantes aliaram-se aos setores da Igreja Católica. Ambos se opuseram a inclusão de um item que proibia a discriminação por orientação sexual.

Situações como esta se repetiriam na década de 90, quando fosse colocado em votação o Projeto de Lei nº 1.151-A/1995, de autoria da então, deputada federal, pelo PT, Marta Suplicy, que “Disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo e dá outras providências”. Popularmente, conhecido e polemizado como o “casamento *gay*”⁵

⁵ Cabe esclarecer aqui, que a União Civil se diferencia do Casamento, no que diz respeito a direitos e deveres do casal, além disso, o último possui uma conotação religiosa. O Projeto original de Marta Suplicy foi modificado por uma comissão e mudou de União para Parceria Civil Registrada, no qual acrescentou-se um dispositivo que proíbe a adoção por parte dos assinantes deste contrato. Em 1999, o deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Roberto Jefferson, apresentou o projeto que criava o Pacto de Solidariedade, que retirou a discussão do âmbito da sexualidade, mas mesmo assim sendo aprovado, beneficiaria os casais gays. Em ambos não está previsto o status de casamento.

3. 5 Gays, Lésbicas e Simpatizantes: Paradas e *Pink Money*

A última década do século XX, para o movimento *gay* brasileiro, resultou numa série de avanços ainda decorrentes da visibilidade promovida pela da Aids, como também colocou em evidência a explosão do Mercado GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) e fez com que a visibilidade homossexual se extravasasse através da paradas alusivas ao dia 28 de junho, conhecido mundialmente como Dia do Orgulho *Gay*.

Olha, é, as paradas têm um cunho importante a nível de política de cidadania, embora, seja assim, um evento que é pautado numa grande festa da Consciência Homossexual, com muito colorido, com muita gente 'saindo do armário', como se costuma dizer (J.C.D.S., em entrevista concedida ao autor, Fortaleza, 26/08/03).

Trevisan (2000) afirma que os anos 90 presenciaram um verdadeiro “boom guei”, grande parte devido a ideologia de mercado que estava colocada, pelo crescimento e ampliação dos guetos homossexuais (boates, saunas, cinemas pornô, além de serviços especializados). Este movimento envolveu parte da mídia e do empresariado que apostou na força do *Pink Money*⁶. A grande inovação se deu em função da utilização do termo GLS, criado pelo empresário de São Paulo André Fischer.

No conceito de GLS, o fundamental foi a introdução da idéia de simpatizante, muito adequada ao convívio pluralista das sociedades democráticas modernas, (...) Um/a simpatizante pode tranquilamente freqüentar um local GLS sem se sentir agredido/a, desde que esteja disponível a aceitar as diferenças comportamentais presentes, em clima de mútua tolerância. Esse conceito permitiu certa flexibilização das fronteiras e, na menor das hipóteses, uma expansão do gueto (TREVISAN, 2000, p.376).

Hoje, existe em São Paulo a Associação dos Empresários GLS do Brasil, a AEG, que entre outras coisas, tem por objetivo assessorar pequenas empresas voltadas ao seu público alvo, além de permitir a união desta parte do empresariado.

⁶ Pesquisa realizada pelo site Mix Brasil, em 2001, com 300 usuários e 280 participantes da parada *gay* revelou, segundo a revista Istoé, os seguintes dados sobre o poder de consumo do dinheiro cor-de-rosa: 13% ganhavam acima de 20 salários mínimos; 75% tinham TV a cabo; 65% tinham automóvel e 32% viajaram para o exterior no último ano.

Trevisan (2002) afirma que, atualmente, na comunidade homossexual, existe uma articulação do tripé produção, consumo e ativismo, que toma parte de um processo único. A comunidade produz como forma de afirmação, consome para suprir suas necessidades e adquire neste processo um viés político de reivindicação de direitos, que o autor chama de “ativismo”.

Green (2000), faz uma reflexão acerca deste quadro, que ora vem se colocando na comunidade homossexual, não só brasileira, mas em escala mundial. Já que o discurso de “vitória pelo mercado”, através do poder de compra, surgiu entre os *gays* dos Estados Unidos.

Atualmente, os homossexuais brancos e de classe média em sua maioria têm acesso à nova e rica economia gay e podem desfrutar de um conjunto amplo de opções sociais disponíveis, enquanto aos brasileiros de classes sociais menos favorecidas, muitos dos quais descendentes de africanos, ainda se oferecem oportunidades escassas de circular no mundo gay (GREEN, 2000, p. 458).

Ao fim do IX Encontro Brasileiro de *Gays Lésbicas e Transgêneros*, em São Paulo, em fevereiro 1997, organizou-se uma passeata com os grupos ali presentes.

Depois de reunir apenas 2.000 pessoas em 1997 e 7.000 em 1998, em junho de 1999 a 3ª. Parada GLBT fez desfilas pelas avenidas centrais de São Paulo entre 20.000 e 30.000 pessoas (...) um evento político da maior importância, no contexto das lutas pelos direitos homossexuais no Brasil. Uma evidência da repercussão para além do gueto foi sua inclusão no calendário turístico da cidade de São Paulo (TREVISAN, 2000, p. 379).

As Paradas do “Orgulho Gay”, em todo o mundo possuem um caráter festivo muito evidente, diferentemente das passeatas promovidas por sindicatos, partidos e outros movimentos sociais. Para o autor, as paradas acrescentam uma característica ao consumismo *gay*, sem negá-lo, no entanto.

A última Parada do Orgulho GLBT de São Paulo (2003), segundo dado publicado pelo informativo eletrônico Folha *on line*, levou 800 mil pessoas para a Avenida Paulista. O evento contou com a presença da prefeita da cidade Marta Suplicy.

3. 6 O ativismo cultural e as conquistas da década de 90

Se na década de 80, Cazuzza, destacou-se no cenário artístico nacional em meio ao debate da homossexualidade, os anos noventa contaram com as atitudes afirmativas de cantores renomados como Renato Russo e Cássia Eller. Renato Russo, líder da banda Legião Urbana, veio a falecer vítima da Aids.

Nos seus últimos anos de vida, Renato Russo, tomou atitudes francamente militantes, em favor dos direitos homossexuais. Já ciente de sua condição de HIV positivo, ela lançou em 1994 um estranho CD, *The Stonewall Celebration Concert*, (...), já no título, comemorava os 25 anos de luta de Stonewall (quando se considera ter nascido o movimento homossexual contemporâneo); fez inscrever no compacto um triângulo rosa (símbolo dos homossexuais sob o nazismo); e inseriu no encarte uma longa lista de endereços de entidades ligadas à cidadania em geral, com destaque para grupos de liberação homossexual e de assistência às vítimas da Aids (TREVISAN, 2000, p. 317).

Cássia Eller era uma cantora assumidamente lésbica. Viveu um relacionamento com sua companheira Maria Eugênia Martins, durante 14 anos, moravam juntas com um filho da cantora, fruto de um relacionamento anterior, Francisco Eller, conhecido pelo apelido de Chicão.

Quando Cássia Eller morreu em dezembro de 2001. Iniciou-se um debate intenso na sociedade a respeito da guarda de seu filho, que tomou grande parte da mídia brasileira. O pai da cantora, o senhor Altair Eller, chegou disputar a guarda do neto. Numa atitude inédita na Justiça Brasileira, tomada pelo juiz Leonardo Castro Gomes, da 1ª Vara da Infância e Juventude, do Rio de Janeiro, decidiu-se que a criança deveria ficar com a ex-companheira da mãe.

Para além da visibilidade adquirida pelo movimento a partir da onda de mercado e pela questão das paradas, vitórias foram conquistadas e avanços foram obtidos.

Já em 1993, a Organização Mundial de Saúde eliminara o homossexualismo do seu CID (Cadastro Internacional de Doenças)⁷. Na mesma esteira, o Conselho Federal de Psicologia, que tem poder de vigilância ética em sua área

⁷ A prática homoerótica deixou de ser vista como distúrbio mental. A partir de então, a denominação homossexualismo, que sugere a idéia de doença, foi substituída por homossexualidade, que indica um modo de ser.

profissional, promulgou a resolução nº 1, de 1999, repudiando a discriminação de homossexuais, a partir de fatos denunciados pelo Grupo Gay da Bahia, sobre psicólogos que assessoravam igrejas pentecostais na 'cura' de homossexuais (TREVISAN, 2000, p.383).

Neste mesmo ano foi eleita no interior do Piauí, na cidade de Colônia a primeira vereadora travesti, Kátia Tapeti ou José Nogueira Tapeti Sobrinho. Sendo reeleita nas eleições de 1996.

No ano de 1995, foi fundada a ABGLT, Associação Brasileira de Gays Lésbicas e Travestis, a fim de buscar implementar políticas públicas e coordenar ações em todo país. As Comissões de Direitos Humanos passaram a incluir em suas discussões a questão da homossexualidade. Itens antidiscriminatórios por orientação sexual foram incorporados em diversas Leis Orgânicas Municipais e Constituições de estados brasileiros.

Em 1999, em São Paulo, foi criado o Fórum Paulista de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros. No Rio de Janeiro, a Secretaria de Segurança Pública inaugurou o Disque-Denúncia Homossexual e o Centro de Acompanhamento de Crimes e Discriminação contra Homossexual. Em Brasília foi realizado o Seminário Nacional de Cidadania Homossexual, no Auditório da Câmara Federal. O evento foi promovido por entidades de Direitos Humanos e pela ABGLT.

Já no ano 2000, Marta Suplicy, foi eleita prefeita da cidade de São Paulo, abertamente favorável às causas do movimento homossexual brasileiro, durante a campanha recebeu apoio de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros. Em abril deste ano, o resultado de uma ação civil pública movida contra o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), a partir de uma denúncia feita pelo Grupo NUANCES de Porto Alegre, decidiu pela extensão dos benefícios previdenciários aos casais de pessoas do mesmo sexo.

3. 7 Às portas de um novo milênio: preconceito e violência

Apesar dos avanços descritos nestes últimos anos, desde 95, o Projeto de Lei nº 1.151-A/1995, de autoria da ex-Deputada Federal Marta Suplicy, que “Disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo e dá outras providências”, ainda não foi votado. Apesar da alteração de “união” para “parceria” e da adição de um parágrafo que proíbe adoção por parte dos parceiros.

O Projeto de Parceria Civil Registrada de Marta Suplicy foi apresentado ao Congresso nacional em 1995, num clima de ceticismo e assombro, seguido de uma polêmica campanha parlamentar de vários anos, em que não faltaram ofensas pessoais e piadas de mau gosto. (...) os políticos católicos e neopentecostais se uniram excepcionalmente, como um bloco coeso contra essa pretensão, para eles ‘antinatural’. Depois de ter sua votação adiada inúmeras vezes, o projeto acabou sendo engavetado, por dificuldades de votação (TREVISAN, 2000, p.381).

Um outro aspecto negativo marcante para a comunidade GLBT brasileira nos anos 90 é crescente índice de violência praticada contra homossexuais. Apesar de não haver um organismo oficial responsável pela coleta de casos como este, o Professor e Antropólogo Luiz Mott do Grupo Gay da Bahia, tem realizado este trabalho.

O resultado de uma de suas pesquisas publicada em 1996 revelou que no Brasil, um homossexual era brutalmente assassinado a cada quatro dias, vítima da homofobia. Infelizmente, a tendência foi de aumento desse número.

No relatório, *Violação dos direitos humanos e assassinatos de homossexuais no Brasil – 1999*, Mott acrescenta: ‘Enquanto na década de 80 contabilizava-se a média de um assassinato de um gay, travesti ou lésbica a cada quatro dias, durante a década de 90 esta dramática violência subiu para um ‘HOMOCídio’ a cada três dias, em 1999 a matança de gays aumentou ainda mais: a cada dois dias um homossexual é barbaramente assassinado, vítima do ódio’ (GREEN, 2000, p. 25-6).

De acordo com o trabalho mais recente que relata os crimes de homofobia no Brasil, “Matei porque odeio gay”, da Editora do GGB, revela que só no ano de 2002,

126 homossexuais foram assassinados em nosso país. As regiões norte e nordeste foram apontadas como as mais homofóbicas.

Quando investigados e levados a juízo, estes crimes são analisados a partir de um viés que evidencia um pré-julgamento de valores das partes envolvidas, manifestadas desde a apuração das ocorrências, estendendo-se pelo restante do processo.

É interessante relatar que a discriminação, nos casos em estudo, se manifesta de formas diversificadas, suscitando comentários de caráter estigmatizante, levando o condenado e a vítima a serem vistas como alguém muito além da sua condição de condenado e vitimado (SANTOS, 2000, p. 90).

Neste cenário de violência e intolerância um caso de assassinato ocorrido em São Paulo, em fevereiro de 2000, chamou atenção da mídia e opinião pública. Edson Nérís da Silva, adestrador de cães, de 35 anos, foi assassinado a socos e pontapés por um grupo de Carecas do ABC (aproximadamente 30), após ser visto passeando de mãos dadas com o namorado, na Praça da República, conhecido reduto gay da cidade de São Paulo.

Na época do crime, o líder da gangue declarou à revista Veja: “Os homossexuais não têm nada a ver com a gente, nem a gente com eles. Se eles estão por aí espalhando doenças, o problema é deles”.

O ano de 2003 foi marcado pelos ataques sucessivos do Vaticano contra a comunidade GLBT internacional, ao divulgar os documentos *Léxico de Termos Ambíguos e Coloquiais sobre a Família, Vida e Questões Éticas e Considerações sobre os projetos de reconhecimento legal das uniões entre pessoas homossexuais*, este faz um apelo aos representantes políticos no parlamento de todo o mundo para que se manifestem e votem contra quaisquer leis que possa vir contribuir para a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Num intervalo curto de tempo o presidente norte-

americano George Bush declarou-se desfavorável a possibilidade de aprovação de uma lei que reconheça direitos aos casais homossexuais dos Estados Unidos.

No Brasil, em sentido oposto, foi lançada, em outubro, Frente Parlamentar de Livre Expressão Sexual, que tem como umas das suas primeiras bandeiras de luta a votação aprovação do Projeto de Lei 1151/95, em sua versão original. No mesmo ano que no Senado foi apresentada, pelo Senador Sérgio Cabral, uma proposta de emenda constitucional, nº 0070/2003 à Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, que visa permitir a união estável entre casais homossexuais.

Ações como esta refletem o resultado do acúmulo de discussões no parlamento brasileiro em torno das bandeiras colocadas em pauta pelo movimento GLBT, que exige uma movimentação dos grupos organizados a fim de que o projeto de autoria de Marta Suplicy não seja mais uma vez engavetado.

Um momento como este poderia parecer improvável há menos de três décadas atrás quando o movimento homossexual brasileiro ainda estava por se constituir, sobre os ideais trazidos do exterior por aqueles que puderam vislumbrar as ações que já ocorriam na Europa e Estados Unidos, e pela iniciativa de revolucionários da esquerda que acreditavam que a apropriação dos meios de produção pela classe trabalhadora, por si só, não seria suficiente para que fosse construída uma nova sociedade em que não haja espaço para qualquer forma de opressão. Como aconteceu em São Paulo, no Ceará o movimento homossexual vai surgir tendo por base a articulação destes dois grupos distintos.

CAPÍTULO IV

HISTÓRIA DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL CEARENSE E AS ORIGENS DO GRAB

4.1 Na fé e na luta: Um pastor, seus discípulos e os revolucionários

A história do movimento homossexual cearense iniciou-se antes mesmo da fundação do Grupo de Resistência Asa Branca. O GRAB só veio a existir, oficialmente, em 1989, como consta em seu primeiro livro de ata¹. Anterior a esta data, os homossexuais tentavam se organizar em outras frentes de caráter bastante diferenciado.

Podemos afirmar que os seus primeiros militantes eram advindos, basicamente, de três grupos: o primeiro ligado ao Pastor da Igreja Pacifista Tunker², Onaldo Alves, o segundo, proveniente dos movimentos de esquerda e o terceiro, formado por homossexuais sem relação alguma com outros tipos de organização.

Quando eu entrei no GRAB, não sabia nem o que era reunião. (...) A primeira reunião que eu participei, eu estava com o Allan, que foi um dos primeiros presidentes do GRAB, foi no GAPA. Eu era todo por fora de tudo (R.F.C.N., em entrevista concedida ao autor, Fortaleza, 21/08/03).

O Pastor é considerado figura fundamental para a organização e fundação do GRAB (Ver anexo 9). Tendo cursado Teologia no Bethany Theological Seminary de Chicago, retornou ao Brasil em 1985, com o desejo de formar um grupo, que segundo o

¹ De acordo com este documento e com o material de divulgação, a fundação do grupo aconteceu no dia 17 de março de 1989. Porém, dois meses antes desta data, de acordo com o Boletim do Grupo Gay da Bahia, número 27, ano XII de agosto de 1993, o GRAB esteve presente no III Encontro Brasileiro de Homossexuais, ocorrido em janeiro de 1989, no Rio de Janeiro. Em entrevista concedida pelo Pr. Onaldo Pereira, o mesmo afirma que, existia sim e estava presente ao evento um grupo do Ceará, no entanto, ainda sem a denominação de Grupo de Resistência Asa Branca. “Eu sinto muito porque essa parte da história do GRAB, embora heróica e decisiva não é valorizada pelo grupo atualmente, sendo até ignorada pela maioria, acho que isso não só ofende os que deram a cara a tapa numa época tão mais difícil como empobrece o movimento atual. O que não aprecia as suas raízes rouba de si mesmo parte de sua dignidade. Estranhamente, o GRAB só conta a sua idade a partir do registro em cartório, quando o grupo já tinha alguns anos”.

² Segundo o Pr. Onaldo, a Igreja foi fundada na Alemanha em 1708 e tem o Novo Testamento como princípio de fé e conduta.

mesmo, “trabalhasse de forma mais holística a questão da homossexualidade, sobretudo, a criação de uma identidade mais clara e auto estima”, já que o próprio, como homossexual, havia sofrido em função dos preconceitos externos e internalizados por conta de sua orientação sexual, como podemos verificar no depoimento abaixo.

Lá descobri que muita gente havia passado pelo mesmo que eu e feito a descoberta de uma religião positiva, amiga da vida, dona de fazer festa e que se alegra com o tesão da carne, que no caso é bendita, nunca maldita! Entendi pela primeira vez a bondade da vida! Vi também o poder da religião tanto para reprimir como para libertar e que, ela é a grande inventora dos rótulos (O.A.P., em entrevista concedida ao autor, via internet, 29/09/03).

No Brasil, o pastor Onaldo passou a dar forma a esse grupo, na cidade de Rio Verde, interior de Goiás, local onde havia nascido. Posteriormente, mudou-se para o Ceará, em 1986, trazendo consigo a mesma idéia. Juntamente, com outros membros, ligados à Igreja Pacifista Tunker deu início às primeiras reuniões do grupo, que se chamava Asa Branca, aos sábados, numa casa localizada à rua 13 de maio, no bairro Bela Vista.

Nas primeiras reuniões éramos o Steve, o Dérich Rodrigues, o Cláudio Lima, o Antônio Alirio Holanda e eu. Somente depois de alguns anos conseguimos o apoio da BENFAM e nos mudamos para uma sala de sua sede no Centro (Ibidem).

A partir do momento em que passaram a se reunir na sede da Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil (BEMFAM), e através de convites feitos à comunidade homossexual nos principais guetos da cidade, foi viabilizada a aproximação de novos sujeitos que viriam dar origem ao Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB). Dentre os quais, destacavam-se militantes ligados aos movimentos sociais de esquerda, da época.

Sob a influência da contra-cultura, da contestação da ordem vigente, dos movimentos hippie, de liberação sexual, e de luta a favor da anistia, foi se gestando diversos grupos que viriam propor em suas discussões a questão da homossexualidade.

Como ainda não existiam, nesses núcleos, espaços de convergência e organização dos homossexuais, eles mesmos passaram a se reunir de forma clandestina, até porque, para muitos setores da esquerda a discussão sobre a homossexualidade era considerada sinal de alienação e decadência moral burguesa.

Todo mundo sabia, eu escrevia, nós escrevíamos textos, como sabiam, éramos perseguidos de estarmos na boate, na boate não, na praça, as pessoas chegarem e mandar a gente pra casa, que (...) alienados. Então, houve uma discriminação dentro [dos partidos de esquerda], dentro do movimento, a discriminação era muito grande (C.P.A.J., em entrevista concedida ao autor, Fortaleza, 11/09/03).

Neste mesmo período, o Grupo Gay da Bahia havia lançado uma cartilha explicando como fundar outros grupos, sob influência de um jovem militante do movimento estudantil de Salvador, um pequeno grupo de homossexuais de Fortaleza foi formado e denominado Grupo Gay do Ceará (GGC).

Nós criamos o GGC, nós três³, e nós não chamamos ninguém, nós tínhamos medo de, como que a gente ia fazer. Juntamos, nos reunimos no apartamento dele e escolhemos a primeira atividade do grupo, que foi a última. Compramos um spray vermelho, já que não tinha róseo e pintamos as ruas, pichamos a cidade: 'Nem só de pênis vive o gay'. Essa foi a primeira manifestação homossexual e a última desse grupo, GGC, que já foi abortado na primeira reunião. Sabe por quê? Porque nós não tínhamos, o parceiro do companheiro não queria que ele participasse com medo de perder ele por ciúmes, e gerou um clima que acabou (Ibidem).

Com a dissolução deste primeiro agrupamento, pessoas ligadas ao movimento comunista que já haviam se expressado como homossexuais em seus espaços de militância, passaram a se encontrar e a se organizar, reunindo-se na sede do Sindicato dos Bancários. Na ocasião, foi formada a Frente de Libertação Homossexual (FLH).

A Frente era composta por pessoas que eram militantes do movimento, de diversas facções e de diversas atitudes homossexuais. E essa Frente, ela reuniu, e tivemos algumas atividades muito pequenas (...) Basicamente, nós reuníamos terça-feira pra discutir a sexualidade, e discutimos, e tentamos lutar a favor. Algumas pessoas, na época, estavam morrendo, um período que as pessoas estavam cometendo muito suicídio e a gente tentava conversar, mas não tinha nada de prático (Ibidem).

³ C.P.A.J., seu namorado e o militante baiano.

A Frente havia surgido, tendo como figura de destaque Francisco Luís Rabelo de Oliveira, militante petista, ligado ao “grupo da Maria Luiza⁴”, num primeiro momento, se reuniram para uma discussão promovida no Teatro São José sobre homossexualidade e eleições. O objetivo do grupo era eleger a candidata petista como prefeita de Fortaleza, e depois, Luís Rabelo como o primeiro vereador gay da cidade.

Com a eleição da Maria Luiza, houve um rompimento, depois com o PT e houve uma quebra de encanto. Quando quebrou o encanto, o povo da Maria Luiza se fechou, e as pessoas foram assumir os cargos de direção, os cargos, e ninguém tinha mais tempo, e pôde ir mais à Frente e acabou. (Ibidem).

Com o final de mais uma tentativa sem sucesso de organização de um grupo homossexual em Fortaleza, no período que compreende a extinção da FLH até o ano de 1989, os militantes ligados aos movimentos de esquerda ficaram sem organicidade, lhes faltava um espaço de militância e construção política.

Quando foi em 89, nós fomos surpreendidos em março de 89, no ‘gueto’. A gente estava, eu peguei o papel e tinha: ‘Convidamos a comunidade para comparecer na BEMFAM’. (...) Decidimos que íamos olhar, o que nós queríamos era acabar com o movimento, porque a gente achava que era um movimento feito por um pastor, numa instituição de direita. Na verdade, era uma forma dos Estados Unidos que quer controlar os viados daqui (Ibidem).

De acordo com a primeira ata de reunião do grupo, ainda sem nome, datada de 17 de março de 1989, estavam presentes na sede da BEMFAM, técnicos da ONG, representantes de Igreja Pacifista Cristã Tunker e alguns homossexuais, somando o total de doze pessoas.

A abertura foi realizada pelo Pastor Onaldo Alves, sendo que o objetivo central daquele encontro foi a formação da entidade. Discutiui-se a necessidade da organização, definição de seus objetivos, a preocupação de divulgar a sua existência, a geração de finanças e a elaboração de um estatuto, além de ser aberto o processo de discussão de escolha de um nome para o grupo. No final, foi apresentado ao grupo,

⁴ Maria Luiza Fontenele, primeira prefeita de uma cidade brasileira, eleita pelo Partido dos Trabalhadores, em 1985, saiu do partido, ainda na sua gestão, no ano de 1988.

pelo Pr. Onaldo, um panfleto do Grupo Gay da Bahia e outro do Atobá do Rio de Janeiro.

O nome do grupo foi escolhido, já na terceira reunião, no dia 31 de março de 1989. No processo de votação, os militantes advindos dos movimentos de esquerda consideraram como *light* a proposição colocada pelo Pr. Onaldo, o nome Asa Branca. Luís Rabelo, então propôs o acréscimo da palavra Resistência (Ver anexo 10).

Nesses primeiros anos o nome do grupo foi só Asa Branca⁵, o Resistência foi acrescentado para agradar o Luís Rabelo, militante petista e primeiro candidato a vereador gay assumido de Fortaleza que achava que o nome Asa Branca era muito neutro (O.A.P., em entrevista concedida ao autor, via internet, 29/09/03).

Mesmo antes da escolha de um nome para o grupo, estava explícita a necessidade de divulgação da entidade no meio homossexual e na mídia. As primeiras atividades do GRAB refletiam essa preocupação, giravam em torno da concretização da organização, sua visibilidade e na criação de um estatuto.

A festa de lançamento do Grupo de Resistência Asa Branca aconteceu no dia 29 de julho de 1989, no Casarão da Liberdade, localizado à rua Tristão Gonçalves, 356, no Centro. Foram programadas para o evento as intervenções da militante do grupo, Núcia Teixeira, que era ligada ao grupo proveniente dos movimentos de esquerda da cidade e da Dra. Aldamara da BEMFAM.

4.2 Os primeiros vôos da Asa Branca: entre quedas e decolagens

Durante as reuniões, geralmente, eram organizadas dinâmicas com o intuito de promover a interação dos participantes. Sobre o estatuto da entidade, foi solicitado ao grupo que buscasse obter modelos de outros organismos de luta em defesa dos direitos dos homossexuais, para que servissem de base para a elaboração do estatuto do GRAB. Na ocasião, o Pr. Onaldo foi responsável por entrar em contato com o GGB e o Atobá a fim de conseguir cópias de seus estatutos.

⁵ Nesta fala o Pastor Onaldo refere-se ao tempo de existência do grupo, tomando na sua contagem o período em que ainda se reuniam no bairro Bela Vista.

A comunicação com outras organizações de militância homossexual se dava, sobretudo, através de correspondências que possibilitavam a troca de informações por meio de boletins e documentos que eram lidos e compartilhados entre os participantes das reuniões.

Como forma de buscar visibilidade do grupo, foi proposta a elaboração de panfletos e poemas para serem distribuídos e afixados nos espaços de convivência da comunidade gay de Fortaleza (Ver anexo 11). Tendo sido proposto, também, a redação de um manifesto a ser divulgado na mídia. Sobre a questão das finanças, foi criada uma tesouraria provisória, para que se viabilizasse a gestão de recursos, através da venda de cartões, da arrecadação de contribuições e da realização de piqueniques e promoção de shows em boates.

Nesta fase inicial, discutia-se de forma evidente o caráter do grupo e a sua organicidade, o estabelecimento de horários e as formas de condução dos encontros, nos quais colocava-se a necessidade de se discutir assuntos referentes aos aspectos sócio-culturais e não apenas às questões de saúde. Naquele período ainda havia, pouca clareza sobre a questão da Aids e o grupo buscava evitar relacionar a idéia da doença com a homossexualidade. Apesar de já programarem visitas aos pacientes internados no Hospital São José⁶.

Nós tínhamos medo, porque nós víamos, nós tínhamos a compreensão de que o movimento, por ser político, ele não poderia legitimar a Aids enquanto 'peste gay', então, nós tínhamos medo, nós tínhamos pavor (C.P.A.J., em entrevista concedida ao autor, Fortaleza, 11/09/03).

De acordo com C.P.A.J., também ligado ao movimento político-partidário, o Pastor Onaldo Alves, logo após alguns meses, retornou à sua cidade natal, no interior

⁶ Hospital referência em doenças infecciosas no Estado do Ceará, um dos primeiros a receber e tratar pacientes com Aids.

de Goiás. Desta forma, Luís Rabelo, Núcia Teixeira e Cleudo Júnior, militantes de esquerda de Fortaleza, tomaram para si a coordenação dos trabalhos da entidade⁷.

A gente viu que era um terreno bom. (...) Nós manipulávamos, nós falávamos melhor, nós tínhamos... O que foi que a gente fez? Nós tiramos a Carta de Intenção. (...) A gente dividia, eu a Núcia, nós dividíamos no grupo para parecermos mais fortes, mas no fundo nós tínhamos um, a gente se reunia, nós tínhamos um pacto, a gente se reunia por trás. Principalmente, eu e o Luís. Aí, o que é que acontece? Esse grupo criou-se, e o grupo foi aumentando (...) nós começamos a ganhar corpo, ou seja, começamos a ganhar gente (Ibidem).

A idéia dos dirigentes acima, neste período, era de fortalecer o movimento local, isolando-se do debate nacional, de acordo com a fala de C.P.A.J.: “chamar de novo os partidos de esquerda, pra poder, junto, a gente formar uma frente, destruir o GRAB e formar a frente”. Tentaram organizar um encontro municipal. Neste intervalo de tempo ocorreu um incidente que acarretou no afastamento destes.

Esse movimento, a BEMFAM,(...), não, a Coordenação de Aids nos convida pra gente ir pra Brasília (...) num local qualquer e manda três passagens, se não me engano, manda três passagens, não lembro. O que é nos fizemos? Pegamos essas passagens e vendemos para investir no movimento. Nós não queríamos, nós achávamos que nós não tínhamos responsabilidade do Ministério. Nós não tínhamos nenhum. Por causa disso, nós fomos discriminados (...) recebemos cartas e tudo do Ministério, inclusive, ameaçando nos prender (Ibidem).

Depois disso, o movimento homossexual caiu no descrédito por parte de outras organizações nacionais e pelas instituições locais, e estaduais, sendo alvo de críticas e censuras nos fóruns em que participaram, posteriormente.

E não adiantava, e não adianta a gente dizer que o dinheiro foi utilizado no GRAB, que o dinheiro foi utilizado pra fazer faixas pro movimento, que o dinheiro contribuiu pra encontros, que o dinheiro serviu pra construir, que nós não tínhamos responsabilidade de ter notas fiscais. Militante não tem nota fiscal. A gente usou pra comer, a gente usou pra tudo, só que não roubamos, não usamos pra gente (Ibidem).

⁷ Parte deste período histórico não está registrado, há um intervalo que vai de junho de 1989 a junho de 1990 no primeiro livro de atas do GRAB. Desta forma, ao redigirmos sobre esta época, tivemos como base as entrevistas e as redações de atas de reunião que fazem menção a estes acontecimentos.

Após estes acontecimentos, os três ex-dirigentes decidiram abandonar as atividades do grupo. Já no início dos anos noventa, o GRAB contava nas suas fileiras de atuação a figura, hoje histórica, do policial e militante Emanuel Gomes Pinto, o Alan Gomes⁸.

Como o Alan era um cara muito, gostava muito de brigar pelos seus direitos, aquela coisa toda. Aí, falaram do GRAB, nós fomos na BEMFAM, aí, participamos da primeira reunião. Foi quando na terceira, na quarta, na quinta, o Alan já estava se envolvendo mais, já estava dentro da instituição (R.F.C.N., em entrevista concedida ao autor, Fortaleza, 21/08/03).

A partir deste momento, a questão da Aids recebeu uma atenção mais evidente, fato que antes era de certa forma evitado. Temia-se que era um risco vincular a questão do HIV ao movimento, pois esta atitude poderia ser interpretada como forma legitimação da Aids como “peste gay”. Vale lembrar que, tanto para o grupo reunido em torno da Igreja Pacifista Tunker, como para os militantes da esquerda este debate não era considerado primordial. Para os primeiros, a idéia inicial era de se formar “um grupo de estudo sobre a homossexualidade”; para o segundo, originado do movimento de esquerda, a discussão girava mais em torno da contestação e questionamento das normas e comportamentos da sociedade naquela época, tal como fazia o movimento hippie.

Nesta fase, o GRAB passou a promover e participar de atividades em que questão da epidemia era o cerne da discussão. Outra característica importante deste momento foi a organização de atividades que visavam arrecadar fundos para o grupo e promover ações de solidariedade aos portadores do HIV e aos doentes internados no Hospital São José. Uma das principais realizações foi a participação no VII Memorial Internacional da Aids, em que organizou-se a exposição “Coletiva da Solidariedade” (Ver anexo 12).

⁸ Vítima da Aids, falecido em 1991, homenageado pelo GRAB, ao batizar seu Centro de Treinamento e Assessoria, com o nome do ex-militante.

O Alan criou no fundo, a maior figura que o GRAB já teve, o grande expoente que o movimento homossexual teve, foi o Alan, porque ele deu uma roupagem moderna, ou seja, ele disse: não, o grupo vai existir, ele reuniu os artistas e conseguiu muito (...) aí, começou a se legitimar (C.P.A.J., em entrevista concedida ao autor, Fortaleza, 11/09/03).

Com a entrada de recursos através das doações e venda dos quadros durante as exposições, surgiu a necessidade do grupo abrir uma conta corrente, por ainda não ser registrado em cartório, o GRAB fez um acordo com o Banco Bradesco e pôde viabilizar sua abertura. A elaboração e registro do estatuto da entidade, também, são atribuídos como realização dos trabalhos desenvolvidos durante a gestão de Alan Gomes.

Quando o Alan adoeceu, aí, deixou o grupo já quase registrado. Eu fui quem (...), passei seis meses, ele falou com a Dra., Dra lá do cartório Melo Júnior. A gente doou até um quadro bem bonito, porque a gente fez campanha na época pra ela, pra fazer o estatuto do GRAB, que a gente não tinha dinheiro (...) O Allan foi o pivô de tudo (R.F.C.N., em entrevista concedida ao autor, Fortaleza, 21/08/03).

As dificuldades de ordem financeira eram muito grandes, em muitos casos, impossibilitava a confecção e reprodução de material de divulgação. As exposições, além de possuir um caráter de geração de recursos para o GRAB, serviam como mecanismos de visibilidade da entidade e de espaço para a abertura de debates com outros setores da sociedade civil organizada sobre as questões relacionadas à homossexualidade e a Aids.

Ainda, em maio de 1990, o grupo esteve participando do evento *Candlelight*, denunciando o descaso praticado em relação aos doentes de Aids. Buscava-se sensibilizar o governo do Estado e os órgãos de saúde para essa problemática. Na época, a idéia de “grupo de risco” era algo que predominava no imaginário da população, reivindicava-se trabalhos de prevenção voltados a estes setores da sociedade: homossexuais, usuários de drogas injetáveis e prostitutas. Em dezembro de 1990, o GRAB criou o Centro de Assistência e Apoio aos Portadores de SIDA (CAAPS).

Em conseqüência destes trabalhos, o Grupo de Resistência Asa Branca, recuperou seu prestígio com outras entidades do MHB. Posteriormente, recebeu a visita

de uma liderança do grupo Atobá do Rio de Janeiro, Paulo Cezar Fernandes, no mês de setembro de 1990. Na ocasião, foram compartilhadas as experiências da entidade visitante e agendado um treinamento na sede da organização, no seu estado de origem.

Em outubro de 1990, o vice-presidente do Grupo Gay da Bahia, esteve em Fortaleza e solicitou do GRAB a realização de uma coletiva com a imprensa local a fim de divulgar um dossiê acerca da violência praticada contra os homossexuais no Brasil, contendo relatos de crimes de homofobia, descrevendo seus agressores e denunciando a impunidade.

Depois da coletiva com a mídia local, houve uma repercussão do dossiê. Na Câmara dos Vereadores, foi feito um pronunciamento com caráter de denúncia contra a falta de punição pela prática destes crimes, ressaltando a necessidade de reconhecer e garantir a cidadania dos homossexuais. De acordo com ata de reunião do grupo, o vereador Durval Ferraz do PT, se pronunciou na mídia defendendo esta questão.

Os primeiros anos de existência da entidade foram marcados por inúmeras situações adversas, as quais geraram momentos de tensão e conflitos internos. Seja nos debates em torno de sua organização, na determinação das prioridades nas discussões, nas frentes de luta e na sua relação com outros sujeitos, sejam ONG'S, instituições do Estado e outros grupos inseridos nos movimentos sociais.

4.3 Cantando e contando história: avanços e desafios de hoje

Quatorze anos após sua fundação (2003), o GRAB possui uma história da qual podemos elencar realizações que fizeram com que a entidade se tornasse um dos principais grupos de militância e defesa dos direitos de GLBT'S do Brasil. O nome do GRAB possui peso político notório e suas principais lideranças destacam-se no MHB, dos quais muitos já exerceram e exercem cargos na Associação Brasileira de Gays Lésbicas e Travestis, em conselhos dos órgãos de Saúde e Direitos Humanos.

De acordo com o Grupo de Resistência Asa Branca as principais conquistas do movimento homossexual cearense, obtidas durante seu histórico de lutas, são as seguintes:

- Em 27/03/1992: A aprovação da Lei Municipal nº 7066, que considera o GRAB como entidade de utilidade pública;
- Em 18/12/1995: A aprovação da emenda a Lei Orgânica de Fortaleza, garantindo mecanismos de combate à discriminação aos homossexuais e outros setores oprimidos da sociedade;
- Em 19/11/1998: Promulgação, na Câmara Municipal em sessão especial, da lei nº 8211/98, de autoria do vereador Durval Ferraz (PT), que estabelece punições a estabelecimentos que discriminarem em Função da orientação sexual;
- 28/06/1999: Realização da I Parada pela Diversidade Sexual do Ceará, ao final do VII Encontro Nacional de Travestis e Liberados (ENTLAIDS);
- 15/06/2000: Assinatura do decreto nº 10.784, que regulamenta a lei nº 8211/98;
- 24/08/2001: Promulgação da Lei Municipal nº 2561, de Juazeiro do Norte, que pune estabelecimentos comerciais por práticas discriminatórias por orientação sexual;
- 03/12/2001: Lei nº 1437/01, do município de Caucaia. Projeto que determina sanções às práticas discriminatórias por orientação cometidas por estabelecimentos comerciais, indústrias, empresas prestadoras de serviços e similares;
- 28/02/2002: Promulgação da Lei nº 8626, de autoria da vereadora Luizianne Lins (PT), que institui em Fortaleza o Dia Municipal do Orgulho Homossexual (28 de junho), incluindo-o no calendário oficial do município.

Observamos que os principais avanços apontados pelo movimento giram em torno de questões relacionadas a promulgação, aprovação e regulamentação de leis de caráter anti-discriminatórias. A existência de uma legislação que auxilia no combate e enfrentamento ao preconceito homofóbico, por si, não é o suficiente.

Outra é a questão das leis, que, infelizmente, ainda não funcionam, mas a gente sabe que, por exemplo, mesmo que a lei não funcione, a lei existe. Algumas situações das pessoas reconhecerem, e a discriminação acaba diminuindo um pouco, ou seja, as pessoas sabem que existe a lei e se ela infringir a lei, ela vai ser penalizada. A lei dá credibilidade ao movimento (F.O.L., em entrevista concedida ao autor, Fortaleza, 29/08/03).

Mesmo reconhecendo a dificuldade de apropriação das leis pela comunidade GLBT e da aplicação das mesmas no cotidiano, das principais bandeiras de luta do GRAB, hoje, coloca a necessidade de reconhecimento da entidade como de utilidade pública e na aprovação de um mecanismo que coíba e puna práticas homofóbicas, ambas no nível estadual.

Na relação com o legislativo de Fortaleza, evidenciamos a atuação de parlamentares de esquerda, com destaque para os do Partido dos Trabalhadores, na articulação com o GRAB, colocando em pauta as reivindicações do movimento homossexual, apresentado e propondo leis que beneficiam a comunidade homossexual de Fortaleza. Ressaltamos os trabalhos na Câmara Municipal, dos vereadores Durval Ferraz e Luizianne Lins, hoje deputada estadual. Apesar deste diálogo com o PT, faz-se necessário destacar que o grupo caracteriza-se como apartidário.

O movimento, eu acho, vai pro partido pra pressionar a questão das leis de políticas públicas, mas ele não se insere. Até porque, dependendo do governo tem que ta, ele tem que ter uma relação muito boa, muita aberta. Então, se ta atrelado a algum partido passa a ter um vínculo partidário, não conseguindo conversar com todo mundo. Se tiver algum partido, acaba ficando a mercê desse partido. O GRAB se relaciona com todos os partidos em prol dos direitos dos homossexuais (M.B.M., em entrevista concedida ao autor, Fortaleza, 02/09/03).

O grupo mantém parceria com organismos estatais, e deles recebe boa parte de recursos que possibilitam a construção cotidiana do movimento, divulgação e atuação da entidade. Esta característica perpassa grande parte das organizações GLBT'S do País que funcionam com ONG'S/Aids, recebendo financiamento, principalmente, do Ministério da Saúde para execução de seus projetos.

Com essa questão do advento da Aids, ela veio mexer muito com a questão da organização dos homossexuais, até porque, por exemplo, a gente não faz movimento sem ter recurso. Se o GRAB não tivesse essa estrutura que tem, como ficava fazendo movimento? Então, esta

questão do financiamento do Governo Federal pra questão da Aids que tem, o movimento homossexual que se destacou nas ações de prevenção, isso foi muito importante. A Aids, ela veio trazer este benefício. Pra esta questão da organização dos homossexuais, do fortalecimento, da capacitação das lideranças, então, isso foi muito importante (F.O.L., em entrevista concedida ao autor, Fortaleza, 29/08/03).

O trabalho desenvolvido em torno da questão da Aids, apesar dos resultados positivos ao longo da história do movimento como um todo, tal como a aproximação e a atuação de militantes positivos, em contrapartida, acarretou ao grupo um certo estigma.

Na visão das pessoas, todos que trabalham no GRAB, quer dizer que tem AIDS, né? É, as próprias pessoas que trabalham nos projetos, não tem nada a ver. Projeto Travesti, Projeto Entre Bi, em nossos treinamentos (...) 'só tem aidético'? ... 'Lá só tem pessoas com AIDS'? É... Os próprios freqüentadores, já têm essa visão: trabalhou no GRAB. Tem AIDS (R.F.C.N., em entrevista concedida ao autor, Fortaleza, 21/08/03).

Na luta pela em defesa dos direitos de gays e lésbicas e pelo fim do preconceito, o GRAB tem se articulado com outras organizações e movimentos. O grupo é filiado a *International Lesbian and Gay Association (ILGA)* e a ABGLT, coordena o Fórum de ONG/Aids do Ceará e as informações que antes eram trocadas por intermédio de cartas, hoje são realizadas através de meios como a internet.

A gente descobriu na questão da militância que 'uma andorinha só não faz verão'. Acho que a grande união com os outros movimentos organizados é que propicia uma melhor qualidade de luta. Lógico, que você tem que respeitar as especificidades de cada grupo, de cada população-alvo. Mas, eu acho, que quando assim, a questão da "união faz a força" funciona muito melhor, entendeu? Agora, acho até que a gente ta andando a um caminho de maior compreensão, nessa coisa de parcerias, pois eu acho que o movimento... Vamos pegar uma coisa do Movimento Homossexual, onde gays, lésbicas, travestis, transexuais e lésbicas, viver harmoniosamente, respeitando especificidades, a coisa teria uma estrutura maior e um fundo de reivindicação mais potente ante à hipocrisia social (C.J.D.S., em entrevista concedida ao autor, Fortaleza, 26/08/03).

As paradas Pela Diversidade Sexual no Ceará, organizadas desde 1999, têm sido um momento que possibilita a aproximação e aglutinação de outras entidades que apóiam a luta do GRAB. A denominação da parada, que diferente de outras regiões do País não é chamada de Parada Gay, parte da idéia de que a "diversidade está acima

da sexualidade” e da crença de que uma transformação social depende da soma dos esforços de vários setores da sociedade.

Embora tenha coisas específicas do movimento que a gente luta pra ter que se impor como cidadão, eu acho que essa luta pela diversidade, tem em comum, como consequência a construção de uma sociedade de paz. Uma sociedade fraterna e respeitosa, pela qual não se faz só apologia à sexualidade homossexual, mas que faça um patamar de igualdade de negros, índios, viados, portadores de deficiência física ou necessidades especiais. Eu acho que uma verdadeira sociedade é aquela que lutamos pelo bem comum, que é a felicidade, respeitando o às especificidades de cada um (Ibidem).

As paradas têm uma grande importância pelo poder de tornar visível a luta dos GLBT'S, trazer à tona a discussão na sociedade, mesmo reunindo um número expressivo de pessoas na Avenida Beira Mar, uma das dificuldades apontadas pelo grupo, atualmente, é de aproximar novos militantes.

Na parada a gente tem conseguido, por exemplo, colocar um número de pessoas, de gays, imenso, mas a gente sabe que ali, caracterizado como uma festa, apesar de ser uma ação política, essa coisa. Mas as pessoas vão ali pra brincar. A gente percebe essas diferenças nas ações. A gente realizou um seminário antes da parada, você vê a quantidade de pessoas bem menor. (...) Eu tenho muito medo dessa coisa ficar ampla e a gente passa a fazer eventos tipo, só a parada e trabalho de base, mesmo, caba ficando um pouco pra trás (F.O.L., em entrevista concedida ao autor, Fortaleza, 29/08/03).

Para C.P.A.J., o obstáculo encontrado hoje, não é algo que ocorre apenas no movimento homossexual, essa dificuldade pode ser encontrada em outras organizações representativas, como sindicatos, centros acadêmicos e outros. O movimento homossexual tem sofrido o mesmo refluxo dos movimentos sociais.

Olha, a diferença, quando nós não tínhamos nada, não éramos nada. Nós reuníamos terça e quinta, trinta pessoas. Hoje, o GRAB é tudo, eu tiro meu chapéu, tiro tudo, e o GRAB não consegue reunir, por mês, cinco pessoas. A razão disso tudo é o esvaziamento do movimento popular e não é o GRAB (C.P.A.J., em entrevista concedida ao autor, Fortaleza, 26/08/03).

Em alguns momentos, em visitas ao GRAB, podemos escutar depoimentos semelhantes ao de cima. Constatamos existir um certo saudosismo por parte dos

militantes mais antigos, de uma época em que consideram que mesmo diante das dificuldades do passado, o grupo possuía um poder maior de inserção e mobilização na comunidade *gay* de Fortaleza. As conquistas do movimento homossexual no Ceará são incontestáveis, mesmo assim, podemos perceber um sentimento de querer ir cada vez mais além por parte de seus militantes. A partir deste dado, o grupo tem se mostrado preocupado em criar mecanismos que revertam essa situação, discutindo, propondo e intensificando suas atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos perceber na elaboração desta monografia, o surgimento do movimento homossexual, para além de uma conquista, é um marco na história da sociedade humana na contestação de valores e práticas normativas. Essa atitude coletiva de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, tem servido como mecanismo de confronto e resistência a todo um conjunto de “verdades”, produzidas e reproduzidas na sociedade, que visam o controle e disciplina dos corpos de mulheres e homens.

A cultura, como elemento dinâmico da organização social, transforma-se ao longo da história, a partir dos significados atribuídos às diversas e diferenciadas manifestações daquilo que nos torna humanos. Tal diversidade expressa-se, também, nas formas de descoberta e obtenção dos prazeres do sexo. A sexualidade possui uma multiplicidade e plasticidade que ultrapassam a lógica limitante que determina papéis apropriados para os diferentes sexos rompendo a barreira da função procriativa.

No decorrer da história da humanidade, o homoerotismo tem sido interpretado e compreendido de forma bastante diversa, em diferentes épocas e organizações sociais. Desde o exemplo da Grécia antiga, em que as relações sexuais entre homens eram parte componente do processo de socialização de educação dos jovens; até meados do século XIX, período em que surge a figura do homossexual e do “homossexualismo” como doença.

No estágio atual, apesar dos avanços obtidos com a organização deste setor da sociedade, como o reconhecimento científico de que a homossexualidade não se trata de uma doença, o preconceito e a opressão cotidiano ainda são constantes. O discurso da Igreja ainda coloca os homossexuais como pervertidos sociais e ameaçadores da ordem “natural”. O Estado, inclusive os países que reconhecem de algum modo a união entre pessoas do mesmo sexo, ainda assim, os trata de forma desigual em questões como a adoção e outros direitos.

No Brasil, o movimento GLBT já conta com uma série de conquistas, tais como diversos pareceres favoráveis na justiça a casais homossexuais, como no caso da cantora Cássia Eller. Por outro lado, o Projeto de Lei nº 115, de 1995, de autoria da então deputada federal Marta Suplicy, que trata da União Civil, ainda não foi votado, nem mesmo outro de teor semelhante. Entre os entraves para que isso ocorra, podemos identificar dois que se sobrepõem: primeiro a forte pressão exercida por parte dos setores conservadores da sociedade, tal como a Igreja, pelos motivos anteriormente citados e a dificuldade de mobilização do Movimento Homossexual.

Essa dificuldade de mobilização não é específica às organizações de defesa de direitos de gays e lésbicas, se reflete em outros movimentos sociais. Esse estágio de refluxo, a crise de renovação de lideranças e militantes, deve-se, também, aos processos de disputas internas que ocorrem nas instâncias de debate e organização dos mais variados setores da sociedade. Desde sua fundação, até os dias de hoje, percebemos que as diferentes formas de atuação do movimento homossexual são reflexos de como esses compreendem como se dão os processos de discriminação e opressão na sociedade. Apesar de conseguir colocar nas ruas centenas de pessoas na Parada da Diversidade Sexual do Ceará, poucos são os que se aproximam, participam das reuniões na sede e aderem ao movimento. Fazendo-se necessário, buscar alternativas com o objetivo de re-oxigenar a própria entidade e o caráter da militância.

O Grupo de Resistência Asa Branca ao promover uma Parada pela Diversidade e não apenas do Orgulho Gay, aponta na perspectiva da necessidade de agregar e juntar esforços nessa e em outras mobilizações que têm como objetivo questionar e (re)construir valores, até então colocados. Levando em consideração suas especificidades, o movimento homossexual não se exclui do debate acerca da superação do preconceito, tendo em vista a construção de um novo modelo de sociedade, justa, igualitária e plural. Vale lembrar, que no momento em que surgem as Frentes de Libertação Homossexual, em diversas partes do mundo, boa parte de seus primeiros militantes estava ligada à organizações da esquerda revolucionária, das

décadas de 60 e 70. No Brasil e no caso específico do GRAB, as coisas não foram diferentes.

A relação com as esquerdas ocorreu de forma bastante equivocada, em função disso, grupos foram desfeitos e o movimento perdeu sua força. A discussão de classe social, pelo que podemos perceber na elaboração do presente trabalho, é pautada, mesmo de que forma não intencional, quando grupos de homossexuais sem acesso as benesses do mercado cor-de-rosa, relatam experiências em que são duplamente discriminados e excluídos: em função da orientação sexual e pela questão de classe.

Neste sentido, tecemos uma crítica a ideologia de que pelo mercado GLS, os homossexuais atingirão um patamar de estabilidade e respeito em nossa sociedade. O que podemos perceber, é que a exemplo dos Estados Unidos que possui uma extensa linha de produtos e serviços aos homossexuais e foi palco do Levante de Stonewall, em 28 de junho de 1969, até hoje não existe uma lei de âmbito nacional que reconheça algum direito às uniões entre pessoas do mesmo sexo. Acrescentamos, que as dificuldades decorrentes do preconceito atinge de forma mais incisiva, os homossexuais desprovidos de condições financeiras para ter acesso e transitar nesses guetos mercadológicos.

Ainda no campo da política, o GRAB caracteriza-se como apartidário, segundo seu estatuto, o que consideramos de extrema importância para o movimento local, a autonomia dos movimentos sociais é fundamental no incentivo e promoção da auto-organização desse e de outros setores oprimidos, como o das mulheres e negros. A articulação que é feita com parlamentares, em destaque aos do Partido dos Trabalhadores, o suposto “risco de cooptação” não ameaça a autonomia do movimento no Ceará. Foi a partir desse diálogo, iniciativa de vereadores do PT e pela mobilização do movimento, que em Fortaleza já existe uma lei que pune as práticas discriminatórias em ambientes comerciais, além de possuir no seu calendário oficial o Dia Municipal do Orgulho Homossexual.

O processo de institucionalização do movimento, ainda nos anos 80, com o advento da Aids e a necessidade de dar respostas à epidemia, que fora denominada de “peste *gay*”, fez com que vários grupos devido a situação colocada, se organizassem como ONG’S e atuassem em conjunto com os órgãos de saúde do Estado a fim de combater a doença. Foi a partir deste momento, que o movimento retomou fôlego, a parceria com os organismos de saúde de estabeleceu e fortificou-se, essa parceria possibilitou a retomada das lutas e o surgimento de novos grupos no Brasil.

O que tem sido alvo de críticas, hoje, é que boa parte destas ONG’S, tem dado uma atenção maior às questões relacionadas à Aids e deixado de lado outros debates e bandeiras de lutas históricas. No caso do GRAB, quase todos os projetos promovidos pelo grupo são financiados pelo Ministério da Saúde. Não queremos aqui, apontar se é mais ou menos importante uma discussão ou outra, a luta contra o vírus é tão relevante quanto as mobilizações em favor da regulamentação das uniões entre pessoas do mesmo sexo. O financiamento estatal tem possibilitado a atuação do movimento e sua articulação como não havia antes, isso é incontestável. Porém, o que pudemos observar, a partir das falas de militantes, membros mais antigos e fundadores, é que apesar de toda estrutura que o grupo possui hoje, as mobilizações e os debates promovidos, excetuando-se a parada, não têm conseguido agregar pessoas ao movimento.

Identificamos um desejo, por parte dos militantes, de retomar as lutas e o espírito do GRAB, da época de sua fundação, que mesmo diante das limitações impostas pela falta de recursos financeiros, fazia-se mais presente na comunidade *gay* de Fortaleza, organizava e participava de eventos, como piqueniques e *shows* em boates e bares GLS, estava nas praças e conseguia reunir um número maior de pessoas nas suas reuniões. Desta vontade de ir além, percebemos que o GRAB tem somado esforços para que esse quadro se reverta. Os projetos além de tratar da Aids, discutem questões como cidadania e organização dos homossexuais na sociedade. Buscando articular a luta contra a epidemia, seus reflexos e a necessidade que os GLBT’S têm de tomar consciência e lutar contra a homofobia.

Esperamos que o presente trabalho possa contribuir na construção de outros debates e na abertura de novos espaços de discussão através do diálogo com os demais setores da sociedade, não se restringindo ao meio acadêmico.

A pesquisa que subsidiou essa monografia não possui caráter conclusivo. Muitas foram as inquietações surgidas no processo de elaboração e redação do texto, outros questionamentos vieram à tona e nos estimulam a continuar investigando esta problemática. Foi aberto um leque de possibilidades e um canal de diálogo com diversos sujeitos do MHB, que esperamos poder proporcionar a produção de outros estudos.

Reafirmamos nosso compromisso, como pesquisador e militante do movimento GLBT, na luta pela superação da opressão fundada na desigualdade e hierarquia das relações sociais baseados nas diferenças de classe, etnia, religião, gênero, orientação sexual. A construção de uma sociedade emancipada, plural e libertária, soma-se ao fim de todo tipo de exploração e repressão e na plena liberdade de amar mulheres e homens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST/Aids. **Guia de Prevenção das DST/Aids e Cidadania para Homossexuais**. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST/Aids. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. (Série Manuais, nº 2).

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BÍBLIA, Sagrada. São Paulo: Edibra Ave Maria, 1982.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão Sexual: essa nossa (des)conhecida**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1997.

COSTA, Jurandir Freire. **A Inocência e o Vício**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

_____, **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FRY, P., MACRAE, E. **O que é Homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1985 (Coleção Primeiros Passos).

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber. Vol. I**. Tradução de Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhon de Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____, **História da Sexualidade: o uso dos prazeres. Vol. II.** Tradução de Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhon de Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____, **Microfísica do Poder.** Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

GOLIN, Célio., WEILLER, Luís Gustavo (Orgs.). **Homossexualidades, Cultura e Política.** Porto Alegre: Sulina, 2002.

GOLIN, Célio. **Aonde não queremos chegar: uma reflexão sobre nossas práticas políticas.** In: ____, WEILLER, Luís Gustavo Orgs.). **Homossexualidades, Cultura e Política.** Porto Alegre: Sulina, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais.** São Paulo: Loyola, 2001.

_____, **Teoria dos Movimentos e Lutas Sociais.** São Paulo: Loyola, 2000.

GONDIM, Linda Maria de Pontes (Org.). **Pesquisa em Ciências Sociais: o projeto de dissertação.** Fortaleza: EUFC, 1999. (Série Percursos).

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 1994.

GREEN, James N. **Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX.** Tradução de Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: UNESP, 2000.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia.** Petrópolis: Vozes, 1992.

HELMINIAK, Daniel A. **O que a Bíblia realmente diz sobre a homossexualidade.** Tradução de Eduardo T. Nunes. São Paulo: Summus, 1998. (Edições GLS).

HOCQUENGHEN, Guy. **A Contestação Homossexual.** Tradução de Carlos Eugênio Marcondes Moura. São Paulo: Brasiliense, 1980.

LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo. **Os direitos dos homossexuais a tratamento isonômico perante a Previdência Social: o caso Ministério Público Federal X Instituto de Seguridade Social.** In: GOLIN, Célio., WEILLER, Luís Gustavo (Orgs.). Homossexualidades, Cultura e Política. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio.** São Paulo: Veras Editora, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde.** São Paulo – Rio de Janeiro: HUCITEC – ABRASCO, 1994.

_____, (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1997. (Coleção Temas Sociais).

MARSIGLIA, Regina Maria Giffone. **O Projeto de Pesquisa em Serviço Social.** In: CFESS - ABEPSS – CEAD – UnB. Capacitação em Serviço Social e Política Social: Intervenção e Pesquisa em serviço Social. Módulo 05. Brasília: UnB, 2002.

MORICONI, Ítalo. **Literatura moderna e homossexualismo (Pressupostos básicos, ou melhor, mínimos).** In: GOLIN, Célio., WEILLER, Luís Gustavo (Orgs.). Homossexualidades, Cultura e Política. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MOTT, Luiz. **Homossexualidade: Mitos e verdades.** Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2003.

NETO, Luiz Ramires. **Homossexuais na Escola: Da visibilidade à inclusão da diversidade**. São Paulo: Universidade de São Paulo. (Projeto de Mestrado), 2003. 10p (Mimeogr.).

SANTOS, Maria Lourdes dos. **Os Sete pecados capitais do discurso jurídico: A construção do “sujeito criminoso” nos crimes contra homoeróticos**. Fortaleza: 2000, 145 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará.

SPENCER, Colin. **Homossexualidade: uma história**. Tradução de Rubem Mauro Machado. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SADER, Eder. **Quando os Novos Personagens Entram em Cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. São Paulo: Paz e Terra. 1988.

TOURAINE, Alain. **Crítica da Modernidade**. Tradução de Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____, **Palavra e Sangue: Política e sociedade na América Latina**. Tradução de Idaci D. Poletí. Campinas: UNICAMP, 1989.

TREVISAN, J. Silvério. **Devassos no Paraíso: A Homossexualidade no Brasil da Colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____, **A voz do desejo: entre a autonomia e a cooptação**. In: GOLIN, Célio., WEILLER, Luís Gustavo (Orgs.). **Homossexualidades, Cultura e Política**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

ARTIGOS DE JORNAIS E REVISTAS

ANTUNES, Camila. **A Força do arco-íris**. Revista Veja. São Paulo: Abril, 25/06/2003.

ARRAIS, Amauri. **Diversidade Sexual: quem tem medo da diferença?** Revista Universidade Pública. Fortaleza: UFC, agosto/setembro/2003.

GLASS, Verena. **“Eu quero meu direito de ser anormal”**. Revista Caros Amigos. São Paulo: Casa Amarela, outubro/2002.

GRANATO, Alice. **Guerra ao preconceito**. Revista Veja. São Paulo: Abril, 26/04/2000.

MARINI, Eduardo. **Além do armário**. Revista ISTOÉ. São Paulo: Editora Três, 06/12/2000. (Entrevista: André Fischer).

PINHEIRO, Daniela. **Pai, eu sou gay**. Revista Veja. São Paulo: Abril, 16/02/2000.

PROPATO, Valéria. **Meus pais sabem**. Revista ISTOÉ. São Paulo: Editora Três, 28/07/99.

SARMAT, Leandro. **Poder Gay**. Revista Superinteressante. São Paulo: Abril, setembro/2001.

SILVA, Chico., CARUSO, Marina. **Alegria, alegria**. Revista ISTOÉ. São Paulo: Editora Três, 20/03/2001.

STERNHEIM, Alfredo. **Muito além do arco-íris**. Revista G Magazine. Rio de Janeiro: Fractal, Junho, 2002.

VIEIRA, João Luiz. **Um espaço conquistado**. Revista Época. São Paulo: Globo, 19/08/2002.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

1º Encontro Nacional de Universitários e de Diversidade Sexual. [online] <http://geocities.yahoo.com.br/enuds/index.html>. 18/10/2003.

A Bandeira do arco-íris. [online] http://www.athosgls.com.br/imprime.php?arcd_artigo=1026. 21/09/03.

Associação Brasileira de Gays Lésbicas e Travestis. [online] <http://www.abglt.org.br/>. 27/05/2003.

BLOOMER, S. J. Tradução de Marcelo Cerqueira. Orientação Sexual e Homossexualidade. [online] <http://www.ggb.org.br/orientac.htm>. 16/09/2003.

Guarda de Chicão: Filho de Cássia Eller ficará com Maria Eugênia. [online] <http://conjur.uol.com.br/textos/14589/>. 10/09/03.

Grupo Gay da Bahia. [online] <http://www.ggb.org.br>. 16/09/2003.

LUCENA, Jerônimo J. F. Talmude. [online] <http://intermega.com.br/templarios/talmude.htm>. 18/12/2002.

MONTEIRO, Marko. Transformações da homossexualidade. [online] <http://www.artnet.com.br/~marko/resenhafry.htm>. 23/09/2002.

Ministério da Justiça. Plano Nacional de Direitos Humanos II. [online] <http://www.mj.gov.br> 25/09/2002.

NASCIMENTO, Carla. Parada do Orgulho Gay atinge expectativas e reúne 800 mil em São Paulo. [online] <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u77207.shtml>. 22/06/2003.

O Movimento Brasileiro de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais. [online] http://www.gharprn.hpg.ig.com.br/o_movimento_brasileiro_de_gays.htm. 23/09/2002.

Partido dos Trabalhadores. [online] <http://www.pt.org.br>. 23/09/2002.

Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. O PSTU e a homossexualidade. [online] http://www.pstu.org.br/gayslesb_programa01.asp#brasil. 23/09/2002.

REGO, Josean. Os Notívagos. [online] <http://www.cartaqueer.blogger.com.br/plus.htm>. 04/08/2003.

ZANATTA, Elaine Marques. Documento e Identidade: o movimento homossexual brasileiro e os fundos depositados no arquivo Edgard Leuenroth. [online] <http://www.arquivo.ael.ifch.unicamp.br/pub-art1.htm>. 09/10/2002.

DOCUMENTOS

48º Congresso da União Nacional dos Estudantes. Kizomba. 2003.

XXIII Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social. Projeto Democrático Popular. 2002.

Grupo de Resistência Asa Branca. **Livro de Ata (Termo de Abertura).** Fortaleza, 1989, 100p.